



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 149

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 19 DE NOVEMBRO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Democratas Plauto Miró
PT Elton Welter
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
PTB Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN Dr. Batista
Bloco PSB/PR/PRB/PV Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 149

136ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Mensagens 03

Ofícios 05

Indicações 05

Requerimentos 06

Projetos de Leis 10

Pequeno Expediente:

Dep. Geraldo Cartário 13

Dep. Teruo Kato 16

Dep. Rosane Ferreira 16

Dep. Tadeu Veneri 17

Grande Expediente:

Dep. Jocelito Canto 18

Horário das Lideranças:

Liderança do PDT

Dep. Geraldo Cartário 14

Liderança do Partido Democratas

Dep. Elio Rusch 20

Liderança do PT

Dep. Elton Welter 22

Liderança do PSDB

Dep. Ademar Traiano 24

Liderança do PMDB

Dep. Waldyr Pugliesi 26

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 27

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni 28

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 30

Discussão/Votação

Redação Final 31

2ª Discussão 32

1ª Discussão 32

Requerimentos 35

Encerramento da Sessão 36

Publicações:

Ata de Comissão 36

Constituição e Justiça 36

Publicações Administrativas:

Pregões Eletrônicos 38

Aditivo Contratual 39

DIÁRIO Nº 149

136ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

ATA DA 136ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM

19 DE NOVEMBRO DE 2007

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelas Sras. Deputadas Cida Borghetti e Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Plauto Miró, Professor Luizão, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (47).

Ausentes os Srs. Deputados: Nelson Justus, Carlos Simões, Edgar Bueno, Fábio Camargo, Péricles de Mello e Reni Pereira (06).

Ausentes com justificativas o Sr. Deputado Francisco Bühner (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagem

MENSAGEM Nº 054/07

Curitiba, 13 novembro de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que altera dispositivos da vigência Lei Orgânica do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA (Lei nº 14260/03) e aprova tabela de valores venais para cálculo do referido imposto referente a 2008.

O plano de lei ora proposto consubstancia o resultado de estudos realizados pela Secretaria de Estado da Fazenda, os quais me foram apresentados pelo titular daquela pasta, por intermédio do Ofício nº 425/2007/SEFA (Protocolo nº 9740.129-2/07), contendo a adiante transcrita justificativa, artigo por artigo, onde estão demonstrados, com o necessário detalhamento, os aspectos de conveniência e oportunidade de que se reveste a medida:

“Inciso I do artigo 1º - nova redação ao artigo 4º:

Com essa alteração pretende-se:

- (inciso I) manter a tributação de 1% somente para ônibus, caminhões e quaisquer outros veículos registrados no Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN/PR, ou cadastrados na Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná - SEFA/PR, na categoria aluguel (taxi) ou espécie carga, bem como para veículos automotores que utilizem o Gás Natural Veicular (GNV);

- (inciso II) majorar a alíquota incidente sobre veículos de propriedade de empresas locadoras de 1% para

1,5% e com isto incrementar a arrecadação do imposto bem como atenuar os questionamentos sobre a guerra fiscal atribuída ao estado do Paraná;

- (inciso III) manter a tributação de 2,5% relativa a motocicletas;

- (inciso IV) majorar a alíquota incidente sobre os demais veículos automotores registrados no DETRAN/PR ou cadastrados na SEFA/PR, inclusive caminhonete ou camioneta com capacidade para 5 passageiros ou mais de 2,5% para 3% e, com isso, aproximar as alíquotas do IPVA praticadas no estado do Paraná às estabelecidas nos outros estados:

Redação original:

Art. 4º As alíquotas do IPVA são:

I - 1% (um por cento) para:

a) ônibus, caminhões e quaisquer outros veículos automotores registrados no Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN/PR, ou cadastrados na Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná - SEFA/PR, na categoria aluguel ou espécie carga;

b) veículos automotores destinados à locação, de propriedade de empresas locadoras ou cuja posse estas detenham em decorrência de contrato de arrendamento mercantil;

c) veículos automotores que utilizem o Gás Natural Veicular (GNV).

II - 2,5% (dois e meio por cento) para os demais veículos automotores registrados no DETRAN/PR ou cadastrados na SEFA/PR, inclusive caminhonete ou camioneta com capacidade para 5 passageiros ou mais.

A previsão de incremento na arrecadação do IPVA, considerando a alteração proposta, é de R\$ 186 milhões, sem previsão de aumento da frota.

Número de veículos tributados: 133 mil, considerando a alteração para as locadoras e 2.187 mil em relação aos demais veículos.

Inciso II do artigo 1º - nova redação dada ao parágrafo 3º do artigo 9º:

Alteração que visa harmonizar a Lei Orgânica do IPVA (Lei nº 14260/03) com a Lei nº 15610/07, que retirou a dupla incidência da FCA e da SELIC referente a acréscimos do ICMS (Lei nº 11580/96).

Redação original:

Art. 9º O lançamento do IPVA dar-se-á anualmente por homologação ou de ofício.

...

§ 3º O não pagamento do IPVA no prazo legal implicará lançamento de ofício com exigência de multa, correção monetária e juros de mora, nos termos desta lei, observado o contido no artigo 16.

Inciso III do artigo 1º:

a) nova redação dada à alínea “a” do parágrafo 3º do artigo 11:

Reduz o desconto para pagamento do imposto em parcela única de quinze para dez por cento, promovendo o alinhamento de descontos do IPVA paranaense com os de outros estados.

Redação original:

Art. 11 O IPVA deverá ser pago:

...

§ 3º Para o pagamento do imposto, em parcela única, será concedida redução de:

a) 15% (quinze por cento) do valor devido, para pagamento no mês de fevereiro, conforme calendário de vencimentos fixado em Instrução da Secretaria da Fazenda;

b) nova redação dada ao parágrafo 4º do artigo 11:

Alteração que visa harmonizar a Lei Orgânica do IPVA (Lei nº 14260/03) com a Lei nº 15610/07, que retirou a dupla incidência da FCA e da SELIC referente a acréscimos do ICMS (Lei nº 11580/96).

Redação original:

Art. 11. O IPVA deverá ser pago:

...

§ 4º Para os fins do disposto no parágrafo 2º:

a) a falta de pagamento de qualquer das parcelas, no prazo estabelecido, não implicará perda do parcelamento, ficando as mesmas sujeitas ao acréscimo de atualização monetária, multa e juros, cujo termo inicial será a data de vencimento de cada parcela:

b) vencido o prazo de pagamento da última parcela, e não tendo ocorrido o pagamento integral das mesmas no prazo previsto, o saldo pendente de pagamento será acrescido de atualização monetária, juros e multa, cujo termo inicial para cálculo dos valores exigíveis retroagirá à data de vencimento da primeira parcela que deixou de ser integralmente quitada.

Inciso IV do artigo 1º - nova redação dada ao parágrafo 6º do artigo 12:

Alteração que visa harmonizar a Lei Orgânica do IPVA (Lei nº 14260/03) com a Lei nº 15610/07, que retirou a dupla incidência da FCA e da SELIC referente a acréscimos do ICMS (Lei nº 11580/96).

Redação original:

Art. 12. No exercício subsequente ao do vencimento do IPVA, os créditos tributários pendentes de pagamento, inclusive os inscritos em dívidas ativa, ajuizados ou não, compreendendo o montante do imposto e dos acréscimos legais calculados até a data da solitação do parcelamento, poderão ser pagos em até 10 (dez) parcelas, mensais e sucessivas, na forma prevista em Instrução da Secretaria da Fazenda.

§ 6º O crédito tributário objeto de parcelamento sujeitar-se-á, a partir do mês subsequente ao da sua formalização, à atualização monetária e a juros calculados sobre o saldo devedor.

Inciso V do artigo 1º - nova redação dada ao inciso II do parágrafo único do artigo 15:

Alteração que visa harmonizar a Lei Orgânica do IPVA (Lei nº 14260/03) com a Lei nº 15.610/07, que retirou a dupla incidência da FCA e de SELIC referente a acréscimos do ICMS (Lei nº 11580/96).

Redação original:

Art. 15 O infrator à legislação do IPVA fica sujeito à multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do IPVA não pago no prazo devido.

Parágrafo Único. A multa prevista no caput deste artigo:

...

II será aplicado sobre o valor do imposto monetariamente atualizado.

Inciso VI do artigo 1º - nova redação ao artigo 22:

Altera dispositivo que anualmente prevê a aprovação da tabela de valores venais para cálculo do IPVA, cabendo lembrar que mencionada tabela:

- já possui credibilidade perante os contribuintes paranaenses, posto que é adotada desde 2004 sendo elaborada totalmente pela FIPE-SP (entidade especializada, isenta e imparcial relativamente à área tributária/fiscal) e aceita em âmbito nacional inclusive para fins de pagamento de seguros de veículos;

- reflete simplesmente os valores médios de mercado paranaense pesquisado pelo FIPE-SP, posto que a SEFA/PR não se envolve com os valores ali lançados;

Redação anterior à proposta:

Art. 22 Fica aprovada, nos termos do inciso VI do artigo 3º, a tabela de valores venais para cálculo do IPVA do exercício de 2007, que constitui o anexo único desta lei.

Inciso VII do artigo 1º - revoga a alínea “c” do parágrafo 3º do artigo 11:

Reduz o desconto para pagamento do imposto promovendo o alinhamento de descontos do IPVA paranaense com os de outros estados.

Redação original:

Art. 11 O IPVA deverá ser pago:

...

II - nas hipóteses das alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “f” do parágrafo 1º, e da alínea “a” do parágrafo 2º, ambos do artigo 2º, no prazo de até 30 (trinta) dias da data da aquisição, do desembarço aduaneiro, da arrematação em leilão, da incorporação do veículo ao ativo permanente, da saída do veículo automotor montado sob encomenda do consumidor final em local diverso do estabelecimento fabricante do chassi ou da perda da imunidade ou da isenção, respectivamente.

...

§ 3º Para o pagamento do imposto, em parcela única, será concedida redução de:

...

c) 5% (cinco por cento) do valor devido, para pagamento no prazo de que trata o inciso II deste artigo.

Art. 2º:

Dispensa débitos do IPVA, referentes ao exercício de 2000, em razão da dificuldade de cobrança e pelo alto custo da manutenção destes no cadastro do estado.

Ademais, parcela destes débitos tributários sequer pode ser objeto de execução fiscal, segundo previsão da Lei nº 15354, de 22 de dezembro de 2006.

O custo de tal cobrança administrativa gira em torno de R\$ 250,00 por débito até a fase judicial final.

Total pendente a remitir: R\$ 37,9 milhões.

Número de veículos contemplados: 175 mil.”

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apreço e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Ficam introduzidas as seguintes alterações na Lei nº 14260, de 22 de dezembro de 2003:

I - O artigo 4º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º As alíquotas do IPVA são:

I - um por cento para:

a) ônibus, caminhões e quaisquer outros veículos automotores registrados no Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN/PR, ou cadastrados na Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná - SEFA/PR, na categoria aluguel ou espécie carga;

b) veículos automotores que utilizem o Gás Natural Veicular (GNV).

II - 1,5% (um e meio por cento) para veículos automotores de propriedade de empresas locadoras ou cuja posse essas detenham mediante contrato de arrendamento mercantil;

III - 2,5% (dois e meio por cento) para veículos automotores cadastrados como motocicleta;

IV - 3% (três por cento) para os demais veículos automotores registrados no DETRAN/PR ou cadastrados na SEFA/PR, inclusive caminhonete ou camioneta com capacidade para cinco passageiros ou mais.”

II - O parágrafo 3º do artigo 9º passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 3º A falta de pagamento do IPVA no prazo legal implicará lançamento de ofício com exigência de multa e juros de mora, nos termos desta lei, observado o contido no artigo 16.”

III - A alínea “a” do parágrafo 3º e o parágrafo 4º do artigo 11 passam a vigorar com a seguinte redação:

“a) dez por cento do valor devido, para pagamento no mês de fevereiro, conforme calendário de vencimentos fixado em Instrução da Secretaria de Estado da Fazenda;

§ 4º Para fins do disposto no parágrafo 2º:

a) a falta de pagamento de qualquer das parcelas, no prazo estabelecido, não implicará perda do parcelamento, ficando as mesmas sujeitas ao acréscimo de multa e juros, cujo termo inicial será a data de vencimento de cada parcela;

b) vencido o prazo de pagamento da última parcela, e não tendo ocorrido o pagamento integral das mesmas nos prazos previstos, o saldo pendente de pagamento

será acrescido de juros e multa, cujo termo inicial para cálculo dos valores exigíveis retroagirá à data de vencimento da primeira parcela que deixou de ser integralmente quitada.”

IV - O parágrafo 6º do artigo 12 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 6º O crédito tributário objeto de parcelamento sujeitar-se-á, a partir do mês subsequente ao da sua formalização, a juros calculados sobre o saldo devedor.”

V - O inciso II do parágrafo único do artigo 15 passa a vigorar com a seguinte redação:

“II - será aplicada sobre o valor do imposto.”

VI - O artigo 22 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22. Fica aprovada, nos termos do inciso VI do artigo 3º, a tabela de valores venais para cálculo do IPVA do exercício de 2008, que constitui o Anexo Único desta Lei.”

VII - Fica revogada a alínea “c” do parágrafo 3º do artigo 11.

Art. 2º Ficam dispensados os créditos tributários, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive ajuizados, decorrentes de fatos geradores do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - ocorridos até 31 de dezembro de 2000.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo, não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ofício

OFÍCIO

Sob o nº CODR-C/1538/2007/DGT do Sr. Rubens Ghilardi - Diretor Presidente da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, solicitando desta Assembléia a devida autorização para alienação de bens imóveis da COPEL através da Concorrência Pública DGT/SOM/DFNG nº 001/07. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 364/07

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria da Educação a implantação de programa de identificação e combate à dislexia nas escolas públicas estaduais.

Ao Sr. Governador, Sr. Secretário da Educação.

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares,

requer seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Educação que determinem a implantação de programa de diagnóstico e combate à dislexia nas escolas estaduais do Paraná, pelos motivos que especifica na justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 19.11.07.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

A literatura médica aponta que entre 15% e 20% da população é disléxica, ou seja, tem dificuldades no aprendizado (razão pela qual ela se manifesta mais intensamente nos bancos escolares). A legislação para garantir os direitos dos disléxicos é esparsa e abstrata, pois a lei trata de deficientes, enquanto a dislexia é tida para muitos como uma dificuldade e não deficiência.

Em regra, as crianças com dislexia têm um tratamento marginal, pois sua dificuldade é confundida com preguiça ou indisciplina.

As crianças com dislexia e dificuldades correlatas (disgrafia, dislalia e discalculia) devem merecer atenção especial do Poder Público. Os educadores têm que estar preparados para conviver, compreender e ajudar estas crianças, que acabam sentindo vergonha de sua dificuldade. Dislexia não significa falta de inteligência e tampouco que o futuro desta criança está comprometido.

O sintoma aparece com maior evidência a partir da segunda série do ensino fundamental. Quando não há o diagnóstico e, por consequência, o suporte psicopedagógico, há o risco de agravar a dislexia, condenando, aí sim, a criança a ampliar suas dificuldades sociais e de aprendizado.

Pelo exposto, é que apresento a presente indicação, a qual, se acolhida pelas autoridades competentes, se constituirá em ferramenta eficiente para assistir a um grande contingente de crianças com as dificuldades expostas.

INDICAÇÃO Nº 365/07

SÚMULA:

Propõe recapeamento e revitalização da sinalização da rodovia PR-522 que liga o município de Ivaí ao município de Imbituva.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, vem respeitosamente à presença do Secretário de Transportes reivindicar as seguintes providências para o município de Ivaí.

Recapeamento da rodovia PR-522 que liga os municípios de Ivaí a Imbituva, e revitalização da sinalização no mesmo trecho.

Sala das Sessões, em 19.11.07.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

O município de Ivaí é um dos principais produtores de grãos da região, e a má conservação e sinalização

deficiente da rodovia em destaque vêm apresentando risco para os motoristas que transitam neste local bem como trazendo prejuízos aos usuários que utilizam esta rodovia para seu deslocamento.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3398

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente Requer, após ouvido o douto Plenário, seja retirado da Ordem do Dia, por 01 Sessão, o Projeto de Lei de sua autoria, sob nº 134/07.

Sala das Sessões, em 19.11.07.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 3426

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, autorização da Mesa Executiva para representar o Poder Legislativo no evento Fórum Internacional de Energia Renovável e Sustentabilidade em Florianópolis/SC.

Sala das Sessões, em 19.11.07.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 3402

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ao Sr. Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná, Luiz Fernando Ferreira Delazari, pedido de tomada de medidas emergenciais no atendimento do Instituto Médico Legal - IML - de Curitiba, haja vista que, em visita realizada por este Deputado ao referido local no último dia 18 de novembro constatou-se o seguinte:

- Referente às viaturas utilizadas para os serviços que se encontram em estado precário, com alto risco, até mesmo para os funcionários, além do número de viaturas disponíveis que não são suficientes para atender a demanda de Curitiba e região;

- Os materiais para uso, tais como, macas para colocação de cadáveres após realização de necropsia, a falta das mesmas provoca o amontoamento dos corpos à espera de liberação, o que relembra atrocidades do passado.

- O último pedido de viaturas foi feito em 2002, e até o presente momento não foi atendido, quanto menos se obteve resposta. Vale ressaltar ainda, que o número de funcionários é insuficiente o que acarreta no atraso dos atendimentos.

Em vista destas questões, é clara a necessidade de tomada de medidas que propiciem condições plenas de

trabalho à equipe de funcionários e usuários dos serviços do Instituto Médico Legal.

Sala das Sessões, em 19.11.07.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 3403

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ao Sr. Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná, Luiz Fernando Ferreira Delazari, pedido que o inquérito instaurado no caso do assassinato do Vereador Adão Valdir Carvalho no município de Mandirituba, seja encaminhado à Delegacia de Homicídios de Curitiba, haja vista que o Delegado responsável pelo caso no município de Fazenda Rio Grande, encontra-se de férias.

Sala das Sessões, em 19.11.07.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 3414

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a prorrogação do prazo para entrega das emendas ao Projeto de Lei nº 698/07, que dispõe sobre Orçamento Anual para o exercício de 2008, até o dia 23 de novembro de 2007.

Sala das Sessões, em 19.11.07.

(a) BETI PAVIN

REQUERIMENTO Nº 3415

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a prorrogação do prazo para entrega das emendas ao Projeto de Lei nº 699/07, que dispõe sobre Plano Plurianual para o exercício de 2008/2011, até o dia 23 de novembro de 2007.

Sala das Sessões, em 19.11.07.

(a) BETI PAVIN

REQUERIMENTO Nº 3406

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Helio Dias, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19.11.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3407

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo faleci-

mento da Sra. Neusa Araujo Slaviero, ocorrido nesta capital.

Sala das Sessões, em 19.11.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3408

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após aprovação do douto Plenário o registro nos Anais desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Anair Ferreira Nascimento Neves, ocorrido dia 17 de novembro próximo passado, nesta cidade de Curitiba.

Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecido, deixando muitas saudades em todos.

Que, da decisão desta Assembléia Legislativa, se dê ciência aos seus familiares, através de ofício à filha da reverenciada, a Sra. Joana F. do Nascimento, residente à R. Neuraci Neves do Nascimento, 69 - Bairro de Santa Felicidade - CEP 82020-720 - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 19.11.07.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 3410

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento, no dia 18 de novembro de 2007, do Sr. Hélio Dias, ex-atleta do Operário Ferroviário Esporte Clube, que formou ao lado de outros grandes nomes, um dos melhores esquadrões de futebol de Ponta Grossa, atuou também pelo Esportivo de Jacarezinho, era funcionário aposentado da Receita Estadual, muito amado e admirado por seu parentes e amigos.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento à família enlutada, R. Afonso Pena, 525, apto 14 - Vila Estrela, CEP 84040-170, Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 19.11.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3411

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento, no dia 18 de novembro de 2007, do Sr. Odilon Melo, ex-atleta do Operário Ferroviário Esporte Clube, que formou ao lado de outros grandes nomes, um dos melhores times de futebol que Ponta Grossa já teve, defendeu também as cores do Guarani Esporte de Ponta Grossa, muito amado e admirado por seu parentes e amigos.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento à família enlutada, R. Brasil, 115, Vila Oficinas, CEP 84036-010, Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 19.11.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3412

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento, no dia 17 de novembro de 2007, do Sr. Sérgio Edilson Kruger, árbitro de futebol de salão, filiado a Federação Paranaense de Futebol de Salão, dirigia ainda partidas de futebol suíço, muito amado e admirado por seu parentes e amigos.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento à família enlutada, R. Teodoro Rosas, 1234 - Centro, CEP 84010-180, Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 19.11.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3413

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais, vem, respeitosamente, REQUERER a emissão de votos de pesar à família do Dr. Meton Araújo de Souza, que entre outros ofícios se dedicou à cura de pessoas utilizando-se de princípios homeopáticos e fitoterápicos, no município de Londrina, em razão de seu falecimento.

Sala das Sessões, em 19.11.07.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

Apoioamento:

Antonio Belinati.

REQUERIMENTO Nº 3423

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último 16 de novembro do Sr. Toshio Sasaki.

Requer, outrossim, que a decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Endereço R. Barrozo nº 269, bairro Vila Operário, Maringá/PR.

Sala das Sessões, em 19.11.07.

(a) DR. BATISTA

REQUERIMENTO Nº 3427

Senhor Presidente:

O Deputado estadual, que firma o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais,

REQUER, após a anuência do Plenário desta Casa Legislativa Estadual, o registro de efusivas congratulações à Rádio Difusora do Paraná, da cidade de Marechal Cândido Rondon, pela passagem dos 41 anos de sua existência, que acontece no dia de hoje.

Caso aprovada a presente proposição, solicita-se seja dada ciência, via correspondência, a ser encaminhada ao Sr. Alcides Waldow, Diretor-Proprietário da emissora homenageada, à R. Santa Catarina, 970 - CEP 85960-000 Marechal Cândido Rondon/PR, reiterando votos para que a Rádio Difusora do Paraná continue prosperando sempre mais, construindo para as gerações futuras, por sua nobre missão de bem informar e fomentar profundos valores espirituais, um oeste do Paraná seguramente ainda mais grandioso.

Sala das Sessões, em 19.11.07.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Profundamente significativa para o oeste do Paraná, mais precisamente para Marechal Cândido Rondon e comunidades é a data de hoje, coincidentemente dia da Bandeira Nacional, quando ocorre mais um aniversário da Rádio Difusora do Paraná. É uma data que veio transcender os limites do seio da emissora, para ser a cada ano repetida como uma comemoração de excepcional relevo para as gentes que, ao longo do tempo, que viram essa rádio crescer em importância para a consecução de suas vidas.

Aliás, a história já se incumbiu de mostrar o acerto da decisão daqueles que se prontificaram com destemor, no longínquo começo da década de 1960, a instalar a primeira rádio na cidade de Marechal Cândido Rondon - hoje a portentosa Rádio Difusora do Paraná, como tal inserida no contexto das comunicações do oeste do Paraná.

A partir das atividades daquela rádio, pelo tino seus sucessivos proprietários e administradores, a emissora nunca se limitou, nestes 41 anos, a conhecer e divulgar, passivamente, como agente de comunicação que é, as ações das relações humanas e delas decorrentes. Ao contrário, entre tantas, em que o menos que fez foi despertar ouvintes e comunidades de sua abrangência, conscientizando-os para a grande obra de construção e desenvolvimento do oeste do Paraná, principalmente de Marechal Cândido Rondon e municípios de seu entorno. É um valor e um feito históricos inestimáveis.

Paralelo ao enfoque dado para a busca do progresso, é preciso realçar que a emissora nunca deixou num segundo plano, ao passar de mais de quatro décadas, a defesa dos valores espirituais e dos bens culturais tão imperativos e tão importantes para a vivência ordenada e pacífica de uma sociedade. Da convivência harmoniosa entre a arte, a religião, a imaginação e a razão, surgem as grandes realizações.

Sei, com muita convicção, que este ano transcorrido, marca mais uma profunda etapa de trabalho na

Rádio Difusora do Paraná, conseguida graça à sintonia de esforços - direção e colaboradores - com que todos se voltaram ao perfeito desempenho das responsabilidades que lhes cabem. E tenho a certeza, porque o passado da emissora me confere essa crença que os anos vindouros serão de incomensuráveis contribuições para as realidades futuras.

REQUERIMENTO Nº 3419

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Inácio Martins, pelo transcurso, no próximo dia 25 de novembro de seus 47 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Silvino Pasqualin, Prefeito Municipal, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população do município de Inácio Martins.

Sala das Sessões, em 19.11.07.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Compartilhando com a alegria de toda a população de Inácio Martins que no próximo dia 25 de novembro de 2007 estará comemorando 47 anos de emancipação política, queremos expressar os nossos votos de muito sucesso na certeza de que o trabalho desenvolvido ao longo destes 47 anos não foi em vão, mas colaborou sobremaneira para o constante progresso da região, parabenizando através desta proposição toda a população honesta e trabalhadora que continua contribuindo para o desenvolvimento deste município.

REQUERIMENTO Nº 3418

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações à ASSEFACRE - Associação dos Servidores da Secretaria da Fazenda e Coordenação da Receita do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.11.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Criada em 8 de julho de 1988, a entidade comemorou 19 anos de existência.

É uma entidade sem fins lucrativos, sendo declarada de utilidade pública estadual pela Lei nº 9192 de janeiro de 1990.

Possui hoje um quadro associativo de 2680 associados titulares filiados, que se somados aos dependentes formam um universo de aproximadamente 10 mil pessoas envolvidas.

Atua nas principais cidades do estado, onde mantém perto de 800 estabelecimentos e profissionais conve-

niados, que disponibilizam aos associados inúmeras vantagens e benefícios, como descontos, parcelamento diferenciado, atendimento preferencial etc.

Diretamente presta relevantes serviços aos associados, dentre os quais se destacam:

- Odontologia em consultório próprio instalado na sede e através de outros consultórios conveniados;

- Medicina e saúde - Além dos planos UNIMED e CLINIPAM. Mantém inúmeros convênios, com clínicas, laboratórios, médicos e outros profissionais da área;

- Disponibiliza ainda, clube de campo, clube de praia (em projeto), seguro de vida em grupo, apólice de seguro de automóveis em grupo, cartão alimentação, cartão farmácia, cheque táxi, Ecco Emergências Médicas, assessoria jurídica, auxílio funeral, virtual service (sala informatizada para uso dos associados) etc.

Promove atividades e eventos de cunho social, esportivo e de lazer.

Constituída e dirigida por servidores fazendários, a entidade abre também suas portas aos demais servidores públicos, para que façam parte do quadro associativo usufruindo os benefícios disponibilizados.

Promove anualmente a Campanha Papai Noel Fazendário, que visa arrecadar brinquedos para doação às crianças carentes através de entidades filantrópicas necessitadas.

Promove anualmente a campanha O Coração Fazendário, que visa arrecadar roupas e agasalhos destinados à entidades filantrópicas, com a principal atenção voltada aos idosos.

E a entidade fazendária paranaense que representa o estado junto à FENAFAP - Federação Nacional das Associações e Sindicatos de Servidores Fazendários do Brasil.

REQUERIMENTO Nº 3409

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Ministro Marco Aurélio de Mello, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, sugerindo que seja incluída na regulamentação das eleições municipais de 2008, a proibição de pinturas de muros residenciais e comerciais em todos os municípios do país.

Tal solicitação justifica-se não só pela poluição visual que provoca, como também pelos custos excessivos que acabam por onerar as campanhas. No município de Ponta Grossa - PR, a lei que proíbe a pintura dos muros da cidade, com propagandas políticas, obteve repercussão positiva entre toda a população, sendo um bom exemplo de como uma lei nacional neste sentido poder ser muito eficiente.

Sala das Sessões, em 19.11.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3416

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o envio de expediente a Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando com a máxima urgência melhorias na Rodovia PR-092 que liga os municípios de Jaguariaíva a Wenceslau Braz, que encontra-se em péssimas condições de trafegabilidade.

Sala das Sessões, em 19.11.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 3417

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o envio de pedido de informações para a chefia da Casa Civil, solicitando informações das seguintes questões:

a) As ONGs utilizam-se de cartões corporativos do Governo do Paraná, para pagamento de viagens e alimentações?

b) Quais são estas ONGs que utilizam os cartões?

c) Quais os valores dos gastos dos referidos cartões com as ONG?

Sala das Sessões, em 19.11.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 3422

Senhor Presidente:

1 - Solicito informações ao Governo do Estado do número de empresas que atuam no Paraná no desembarço das mercadorias que entram e saem dos nossos portos (portos secos)?

2 - Quando e de que forma foram realizados os processos licitatórios, quantas empresas concorreram e qual foi o critério para decretar a vencedora.

3 - Solicito à CODAPAR - Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - os relatórios e planilhas de pagamento efetuados pela EADI Sul, no período de agosto de 2002 a janeiro de 2003 pelo uso provisório durante seis meses da concessão junto à Receita Federal para atuar como agente despachante.

Sala das Sessões, em 19.11.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

REQUERIMENTO Nº 3425

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do bairro Jardim Botânico, que pedem policiamento ostensivo na R. São João Januário esquina com a R. Engº. Ostojá Roguski, tendo em vista a existência, no local, um imóvel abandonado e que está servindo de esconderijo para traficantes e

ladrões. Os moradores estão apreensivos que algum acontecimento mais grave venha ocorrer, motivo pelo qual pedem o policiamento urgente.

Sala das Sessões, em 19.11.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 812/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído no estado do Paraná o Dia da Agricultura Familiar, a ser comemorado, anualmente, no dia 24 de julho, passando a integrar o Calendário Oficial do Estado.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.11.07.

(a) ELTON WELTER

JUSTIFICATIVA:

Todos os países desenvolvidos têm na agricultura familiar um sustentáculo do seu dinamismo econômico e de uma saudável distribuição de riqueza nacional. Todos, em algum momento da história, promoveram a reforma agrária e a valorização da agricultura familiar.

No Brasil aproximadamente 85% (oitenta e cinco por cento) do total de propriedades rurais pertencem a grupos familiares. São 13,8 milhões de pessoas que têm na atividade agrícola praticamente sua única alternativa de vida, em cerca de 4,1 milhões de estabelecimentos familiares, o que corresponde a 77% da população ocupada na agricultura.

Cerca de 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira vêm desse tipo de produção rural e quase 40% do Valor Bruto da Produção Agropecuária são produzidos por agricultores familiares. Cerca de 70% do feijão consumido pelo país, alimento básico do prato da população brasileira, vem desse tipo de produção rural, e quase 40% do Valor Bruto da Produção Agropecuária são produzidos por agricultores familiares. Vêm daí também 84% da mandioca, 5,8% da produção de suínos, 54% da bovinocultura de leite, 49% do milho e 40% de aves e ovos.

Por isso é impossível pensar no crescimento sustentável sem considerar o enorme potencial da agricultura familiar, tanto pela sua expressão econômica, como também por sua dimensão sócio-cultural e ambiental.

Até recentemente a agricultura familiar no Brasil sofria de um histórico de baixa cobertura de crédito rural. Menos de um quarto dos estabelecimentos familiares rurais acessavam financiamentos.

A sanção e publicação da Lei nº 11326, denominada Lei da Agricultura Familiar, no dia 24 de julho de 2006, que estabelece diretrizes para a formulação

da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, foi um marco no histórico desequilíbrio da política de concessão de crédito rural. Fortaleceu-se e estimulou-se a agricultura familiar com o objetivo de superar um padrão de carência existente no meio rural. Ao estimular a atividade familiar no campo busca-se uma solução estrutural para uma importante questão social e econômica do país.

A instituição do Dia Estadual da Agricultura Familiar, anualmente na data do aniversário da instituição da Lei da Agricultura Familiar não servirá apenas para comemorar a data, mas também para discutir assuntos relacionados à agricultura familiar paranaense e ampliar o acesso às sanções de apoio à agricultura familiar aos produtores e produtoras do território paranaense.

Estes são os objetivos da instituição do Dia da Agricultura Familiar, no âmbito do estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 813/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Comercial e Industrial de Santa Isabel do Ivaí, com sede e foro no município e comarca de Santa Isabel do Ivaí.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.11.07.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comercial e Industrial de Santa Isabel do Ivaí é uma sociedade civil, de fins não econômicos, de direito privado, com sede e foro na comarca de Santa Isabel do Ivaí - estado do Paraná e funcionando na R. Barão do Rio Branco, 291 - bairro Centro.

Tem por finalidade precípua congregar e orientar as classes produtoras daquele município.

Pelos anos de existência da entidade e pelo trabalho que vem prestando a favor de seus associados, está habilitada a ser reconhecida de utilidade pública estadual.

Contando com o voto favorável de todos os nobres colegas parlamentares, agradeço o apoio.

PROJETO DE LEI Nº 814/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O Programa Adotante, que institui a adoção de leitos hospitalares, fica vinculado à Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 2º A adoção de leito da rede pública hospitalar do estado do Paraná pode ser feita por pessoa física ou jurídica de direito privado nacional ou internacional.

Art. 3º A adoção de leitos hospitalares dar-se-á através de doações realizadas mediante levantamento de custos gerais de uma enfermaria, efetuados pelo Diretor responsável de cada unidade de saúde pública do estado.

§ 1º Os custos serão definidos pela somatória das despesas, dividindo-se pelo número total de leitos existentes na unidade de saúde, obtendo-se o valor da cota/leito.

§ 2º A menor parcela para patrocínio é a cota/leito, englobando toda a estrutura para sua operacionalização.

Art. 4º Os adotantes terão seus nomes expostos em locais de fácil visualização nas unidades estaduais de saúde para conhecimento público.

Art. 5º As unidades de saúde com leitos adotados enviarão relatórios informativos para os adotantes e para a Secretaria de Estado da Saúde, com dados de todos os pacientes que utilizam o leito adotado.

Art. 6º Os adotantes poderão utilizar espaços externos ou internos dos prédios das unidades de saúde de forma publicitária, proporcionais às cotas/leitos adotadas, para divulgarem seus serviços ou produtos, enquanto perdurar a adoção da cota/leito, respeitada a legislação municipal de comunicação visual.

Parágrafo Único. É vedada a cessão dos espaços de publicidade criados na forma desta lei a empresas que comercializem ou produzam tabaco, bebidas alcoólicas, artigos eróticos, armas de fogo e marcas de empresas ou produtos alimentícios não saudáveis ou com propriedades nutricionais baixas, com critérios definidos pela Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 7º Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.11.07.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Esta matéria institui cooperação entre a iniciativa privada e o Poder Público, na área de saúde.

É fundamental o aprimoramento as técnicas da Medicina e áreas afins no sistema público de saúde. Observa-se hoje que o gasto é imenso com a saúde pública. Contudo, os avanços tecnológicos demoram a chegar ao SUS. Em razão desse fato, constatado facilmente observando-se os trabalhos nos hospitais públicos, os custos com a saúde pública são praticamente insustentáveis para os orçamentos públicos.

As técnicas menos invasivas resultam em menor tempo de internação, assim como a utilização de equipamentos mais modernos.

A cooperação da iniciativa privada com o setor público é salutar e, com certeza, resultará em mais saúde e melhor qualidade de vida para a população.

PROJETO DE LEI Nº 815/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A Política da Mulher Detenta visa promover a atenção integral à saúde da população prisional feminina no estado do Paraná, atingindo mulheres que cumprem pena ou aguardam julgamento no sistema penitenciário.

Art. 2º A política de que trata esta lei tem como objetivo:

I - aumentar a cobertura, a concentração e a qualidade da assistência pré-natal;

II - melhorar a assistência ao parto e ao puerpério;

III - o acesso a ações de planejamento familiar, garantindo-se o acesso aos métodos anticoncepcionais reversíveis;

IV - diminuir os índices de mortalidade materna;

V - aumentar os índices de aleitamento materno;

VI - ampliar as ações de detecção precoce e controle de câncer do colo do útero e da mama, articulando-se a um sistema de referência para o tratamento e o acompanhamento da mulher;

VII - estabelecer parcerias com outros setores para o controle das doenças sexualmente transmissíveis (DST) e de outras patologias prevalentes no grupo, principalmente nas ações dirigidas às gestantes visando a prevenção da transmissão vertical do HIV, sífilis congênita e erradicação do tétano neonatal.

Art. 3º A política de que trata esta lei será aplicada nas unidades de saúde do estado ou em entidades conveniadas ou em parceria com a municipalidade.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.11.07.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A sociedade em geral desconhece os problemas das mulheres internas do sistema prisional e é fundamental preservar a saúde dessas mulheres, permitindo a reintegração dessas pessoas em boas condições de saúde.

Muito se discute a respeito da saúde do homem interno. Contudo, a mulher interna tem necessidades específicas, são problemas ginecológicos e alta vulnera-

bilidade para a contaminação de doenças sexualmente transmissíveis.

Trata-se de questão de saúde pública, pois essas mulheres retornarão, mais cedo ou mais tarde, ao convívio social.

Cabe salientar que as mulheres internas do sistema prisional são mais abandonadas pelas famílias e o afastamento da família, especialmente dos filhos, causa profundos problemas de depressão.

Esta iniciativa tem por objetivo também prevenir a ocorrência do câncer de colo de útero e de mama.

Convém lembrar que não se perde de vista a falta de material de higiene na maioria dos cadeiões e, por isso, objetiva o estabelecimento de parcerias com segmentos da sociedade para controlar as epidemias derivadas dos ambientes desumanos das instituições prisionais, promovendo ao sistema prisional produtos de assepsia.

O Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em AIDS da universidade de São Paulo constatou, através de estudos, que cerca de 20% da população carcerária do país está infectada por alguma patologia de natureza grave, com maior progressão entre as mulheres.

Esta lei visa instituir política focada na melhoria da qualidade de vida das mulheres internas do sistema prisional.

PROJETO DE LEI Nº 816/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica incluído na malha rodoviária estadual, o trecho de estrada municipal que liga a rodovia PRT-182, passando por São Luiz do Oeste de Toledo, Brasileira do município de Tupãssi a Central Santa Cruz do município de Cafelândia, numa extensão de 35 (trinta e cinco) quilômetros.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.11.07.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

O trecho da estrada municipal acima mencionada, que liga os municípios de Toledo, Tupãssi e Cafelândia, passando por São Luiz do Oeste, Brasileira e Central Santa Cruz, é de grande importância para os três municípios e as localidades citadas.

Um trecho que liga três importantes municípios da região oeste do estado, cuja população que trabalha a terra e os residentes naquelas localidades vem por muito tempo reivindicando solução para melhorar as condições de trafegabilidade e escoamento da significativa produção agropecuária (soja, milho, trigo, leite, frango, suínos, bovinos, entre outros).

Cabe ainda ressaltar, que parte do trecho citado, está inserido no projeto de construção do futuro aero-

porto regional do oeste e servirá como principal acesso de Toledo e municípios da região.

Por ser de muita importância incluir na malha rodoviária estadual o referido trecho, contamos com o apoio dos nobres parlamentares para aprovação do projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 817/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores do Moradias Maranhão, com sede no município de Araucária.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.11.07.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 06 de junho de 1990, no município de Araucária, a Associação de Moradores do Moradias Maranhão é uma sociedade civil sem fins lucrativos, político, partidário ou religioso.

Para isso, tem como finalidade promover e contribuir para formação e desenvolvimento de vida comunitária dos moradores: representar os moradores em suas reivindicações aos poderes constituídos: promover e contribuir para o desenvolvimento humano, cultural, social, econômico e bem-estar da comunidade, entre outras.

Em virtude da relevância social, contamos com a anuência dos nobres colegas à aprovação deste projeto, que pretende declará-la de utilidade pública.

PROJETO DE LEI Nº 818/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a estadualizar a rodovia que liga o município Tibagi ao distrito de Porteira Grande.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.11.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

É de suma importância para a região a estadualização da estrada que liga o município de Tibagi ao distrito de Porteira Grande. Deve-se ressaltar que com esta iniciativa estaremos beneficiando diversos habitantes da região, melhorando o trânsito dos munícipes, mas, sobretudo oferecendo melhores condições para o escoamento da produção de diversos produtos.

Consubstanciado na natureza de que a administração pública em qualquer nível tem como meta o bem público, ensejamos os bons préstimos do Governo do Estado e da Secretaria de Estado dos Transportes, para desempenhar a conservação e a manutenção da estrada citada.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do plano de lei em tela.

PROJETO DE LEI Nº 819/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Inclui o boné, como objeto indispensável e obrigatório no uniforme escolar utilizado nas escolas públicas no estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser regulamentada pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 19.11.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

Solicitamos especial atenção na aprovação do presente projeto, o qual visa incluir no fardamento escolar a utilização do boné.

Devemos alertar os estudantes para os cuidados relativos a exposição ao sol, a fim de evitar o câncer de pele, o mais comum entre os tipos de câncer, bem como futuros problemas oftalmológicos.

A incidência do câncer de pele vem crescendo a cada dia em nosso país, e a utilização de protetor solar e uniforme adequado não dispensam o uso do boné, que protege de forma mais eficaz o rosto, o couro cabeludo, o cabelo e os olhos.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Geraldo Cartário.

Deputado Geraldo Cartário (PDT)

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estou iniciando esta segunda-feira com alguns requerimentos pedindo providências ao Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná, Dr. Delazari. Um desses requerimentos é sobre o verdadeiro caos que existe no Instituto Médico Legal de Curitiba, na capital do estado. Se alguém for ali requerer o corpo de um parente, de um familiar, se for de procedência de outros estados, certamente que vai entender, vai perceber que o estado do Paraná é um estado pobre. Estado pobre inclusive no atendimento, porque é um estado tão pobre que o Instituto Médico Legal do Paraná, que é a maior força de

Curitiba, tem 2 carros D-20, praticamente não se usa mais esses carros, praticamente não vemos mais esses carros nas estradas paranaenses. No entanto, o Instituto Médico Legal usa a D-20 e tem 2 carros Renault, que sequer tem pneus. Esse é o atendimento que se dá em termos de buscar o corpo.

Estava em Londrina, Belinati, a cidade que V. Exa. administrou, quando recebi a ligação de um Vereador meu amigo, já em 1976 quando eu era Vereador, ele já me apoiava, ele e a família, trabalhava na minha rádio, falava como eu falo na rádio e foi brutalmente assassinado. Foi assassinado e ainda jogaram gasolina e atearam fogo. Ele era uma pessoa normal e quando chegou ao IML tinha uns 30 centímetros. E quando estava em Londrina recebi a ligação, peguei o carro e me dirigi ao Instituto Médico Legal. Cheguei duas horas antes que o corpo do Vereador. Rodei 370 quilômetros de Londrina a Curitiba, de carro, o corpo estava a 50 quilômetros de Curitiba e cheguei duas horas antes.

É uma falta de respeito que o estado tem com os familiares dos mortos, porque está certo, morto não vota mais, não tem mais título de eleitor, mas será que é por isso que o Governo do Estado, a Secretaria da Segurança desrespeita a tal ponto as famílias, que permanecem? Ontem, fiquei quatro horas no IML. Lá estava a Banda B, a Gazeta do Povo, o SBT, o Estado do Paraná e outros órgãos de imprensa e, todos eles falaram para mim: “Deputado, não sei como o senhor tem coragem de ser Deputado e estar aqui. Não tem viatura para buscar o morto”. Daí eles me levaram para conhecer aquele transporte que fazem do morto: enferrujado, sem roda, apenas 2 funcionários.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Um minuto para V. Exa. concluir.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT)

Agradeço esse um minuto, Sr. Presidente, e o nosso Líder do PDT nos autoriza a continuar.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. tem 10 minutos, no horário da Liderança do PDT.

Passa a usar o horário da Liderança do PDT

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Então, queria dizer que tem apenas 2 motoristas.

Assim sendo, não é porque o Vereador era meu companheiro, ou porque tinha programa na nossa rádio. Só que a morte dele se soma às outras mortes que estão acontecendo na região metropolitana. Mataram um Vereador na Fazenda Rio Grande, há pouco tempo atrás, agora mataram um Vereador em Mandirituba. A Delegacia de Polícia da Fazenda Rio Grande, o Delegado está de férias. O corpo ficou com 30 centímetros, foi carboni-

zado, não tinha a parte dentária. Procuramos o dentista. Não tinha condições. Ali, precisaríamos ter pelo menos um boletim de ocorrência na Delegacia. Ligamos para a Polícia Militar para descobrir alguém da Delegacia da Polícia Civil e o soldado me informou: “Deputado, eu fui lá, bati na porta, mas ninguém atende”. Uma Delegacia que você bate na porta e ninguém atende! Essa é a segurança do Paraná, hoje, não se atende ninguém nas delegacias. É como uma loja, sábado às 13h encerra as atividades e volta na segunda-feira. Esta é a segurança no Paraná.

Nos preocupa muito isso, porque o estado do Paraná não merece esse tratamento dispensado ao seu povo, às suas famílias. Mas, é um Vereador apenas, não é um Governador, não é um Senador. Talvez se fosse Deputado, às notícias sairiam diferente.

Na nossa região, quando não é Vereador sendo assassinado, é o lixo, é o Padre pedófilo, lá na cidade. Padre pedófilo que a imprensa do Paraná teve medo de divulgar, mas a imprensa do Brasil foi lá na cidade e divulgou, porque houve uma ordem da Secretaria da Segurança para não molestar o Padre. É Padre. Tem Bispo na parada. Então, não se falava, a imprensa do Paraná praticamente silenciou, não abriu a boca, porque é Padre. Se fosse político, aí sim teria um espaço à altura.

Mas a imprensa de São Paulo veio e divulgou para o Brasil, aí as coisas mudaram. O Padre desapareceu.

Vou conceder o aparte ao Deputado Jocelito Canto, ao Deputado Belinati, ao Deputado Luiz Carlos Martins, ao Deputado Artagão e a Deputada Rosane Ferreira.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

V. Exa. toca num ponto que estamos lutando há muito tempo, que é o IML do Paraná. Tudo que V. Exa. está falando aqui é a pura verdade. Vivemos um caos no IML, fora os plantonistas que ficam para fora do IML e que quando morre alguém, eles encaminham os corpos rapidamente, quando há interesse.

Hoje V. Exa. tem razão em tudo. É preciso aplicar um pouco mais no IML. Se cria tantos cargos neste Governo e não se cria os cargos e a infra-estrutura necessária para se atender casos terríveis.

Volto a dizer, Deputado Cartário, que o lugar mais triste de uma cidade não é o cemitério. O lugar mais triste de uma cidade é o Instituto Médico Legal, porque a pessoa é comunicada muitas vezes na madrugada que alguém morreu e a pessoa tem que ir lá sofrer e ficar 10, 12 horas esperando o carro buscar o corpo.

V. Exa. está com razão, tem a minha solidariedade e eu também sou a favor de mudanças profundas já, e o IML precisa.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT)

Quero dizer que lamentavelmente ocupo essa tribuna não para defender a memória do Vereador, meu companheiro, não, porque esses casos do IML revoltam a todos que ali estão. Acho que ali é estadual. Não adianta

dizer que é problema da Prefeitura de Curitiba, realmente é estadual.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT) (Aparte)

Estamos todos a lamentar a morte violenta do Vereador de Mandirituba. Pelo que sentimos nesse final de semana, seu companheiro, Vereador Adão, ele gozava de uma credibilidade muito grande, de um respeito muito grande, um carinho pela população de Mandirituba. A cidade está consternada.

O mais grave de tudo isso é que V. Exa. disse na tribuna, o Delegado da Fazenda Rio Grande está em férias, merecidamente. Quem está respondendo pela Delegacia da Fazenda Rio Grande é o Delegado de Araucária. Só para se ter uma idéia, nesse final de semana 25 corpos passaram pelo IML, de pessoas assassinadas.

A média está sendo de 25 por final de semana. No final do mês temos aí 100 mortes, só em Curitiba e região metropolitana. Não estamos falando do estado do Paraná, nem do Brasil. Só em Curitiba e região metropolitana são 25 mortes, em média, por final de semana.

Isso é preocupante e é preciso uma ação urgente do Governo do Estado. Esta Assembleia Legislativa não pode se calar, não pode fazer silêncio diante da insegurança que todos estamos enfrentando. Está perigoso viver em Curitiba e região metropolitana. As nossas condolências à família de Mandirituba, e à família do Vereador. Do jeito que vai, realmente não sei se colete à prova de bala vai resolver ali. Todos terão que andar com colete à prova de bala, tantos tiroteios. Só para se ter uma idéia, nesse final de semana, num Centro de Umbanda em Curitiba, foram 5 mortes de uma vez só e 3 estão em estado gravíssimo no hospital.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT)

Existem órgãos da imprensa que criticam quando o Deputado não está todos os dias no plenário. Gostaria de informar o seguinte: aprendo muito respeitando os nobres Deputados, mas aprendo muito mais quando fico junto com o povo em certos lugares, inclusive no IML, ao ponto de chegar a ficar com vergonha numa situação, sendo Deputado, e não podendo fazer nada.

Por isso que venho hoje aqui pedir socorro aos ilustres Deputados, para se for o caso, e aqui tem o Deputado Artagão que é da Comissão de Fiscalização da Assembleia, gostaria que V. Exa. visitasse o Instituto Médico Legal num final de semana para saber o quanto V. Exa. pode ajudar em termos de representatividade que tem e que o povo lhe outorgou para poder modificar algumas coisas do Governo do Estado, inclusive o Instituto Médico Legal, pois sequer existem hoje materiais para uso, tais como macas para colocação de cadáveres após realização de necropsia. O médico faz a necropsia e não tem maca para colocar o corpo, isso no Instituto Médico Legal do Paraná, em Curitiba. A falta das macas provoca o amontoamento dos corpos à espera de liberação, o que relembra atrocidades do passado.

Concluindo, concedo um aparte ao Deputado Belinati e ao Deputado Artagão.

O Sr. Antonio Belinati (PP) (Aparte)

A nossa solidariedade a V. Exa. e à família do Vereador. Não sei qual o motivo do crime, mas motivo nenhum justifica essa brutalidade que levou à morte desse ilustre Vereador, companheiro de V. Exa.!

Lembrar, Deputado Cartário, que o morto não tem valor em nenhuma parte do mundo. Meu genro faleceu em Portugal, V. Exa. lá teve que interferir para liberar o corpo, ele que teve infarto, e levamos vários dias para liberar o corpo do meu genro, que faleceu em Lisboa. Agradeço publicamente V. Exa. pelo empenho na liberação do corpo!

O Airton Senna morreu na Itália e levaram vários dias para liberar o seu corpo. E aqui no Paraná, em se tratando de segurança, nós lembramos que tem Delegacia aí, Distrito Policial, fechando as portas às 18h e a partir daí, salve-se quem puder! E em Barbosa Ferraz, está na imprensa de hoje, o Delegado Juarez está usando galinha e ganso para ficar em volta do prédio da cadeia pública para evitar fuga de presos na cadeia de Barbosa Ferraz.

Então, a segurança pública chegou ao caos e se tem problema de liberar corpo até mesmo na Europa - é evidente que somos Deputados aqui e é aqui que temos que defender, o que V. Exa., de maneira muito inteligente, está defendendo, com mais funcionários, melhor estrutura para os Institutos Médico Legais, porque fico imaginando a dor de uma família, porque você perde um parente, está arrasado, está chocado, está chorando pela morte de um pai, de uma mãe ou de um filho e muitas vezes fica ali 4 ou 5 dias esperando para poder liberar o corpo porque não tem estrutura.

A nossa homenagem e os nossos parabéns por essa luta de V. Exa.! Morto não vota, mas merece respeito!

O Sr. Artagão Júnior (PMDB) (Aparte)

Deputado Cartário, V. Exa. aborda uma questão emblemática e que, sem dúvida alguma, vem historicamente sendo um ponto negro na história política do nosso Paraná. Eu mesmo tenho atestado mais pontualmente essas dificuldades na região de Guarapuava, evidentemente por ser a nossa região de atuação política, e muitas vezes você até consegue solucionar esse problema em uma parceria com a Prefeitura na cessão de funcionários, mas quando muda o Prefeito, antagonicamente colocado frente às posições políticas do Governo, naturalmente essa parceria cessa e a população acaba tendo essa dificuldade.

Então, quero me colocar de pronto, como Presidente da Comissão de Fiscalização, à disposição para tratar sobre esse assunto. A nossa assessoria já está sintonizada em meu gabinete e ouvindo este depoimento, estará formalizando um ofício direcionado ao Secretário da Segurança para sabermos qual é a real condição do IML no estado do Paraná e das suas seções regionais para

que possamos saber a situação real de hoje e a situação que deveríamos ter para poder dar um atendimento básico e eficiente à população, porque esse momento da morte é um momento de dor, de dificuldades.

E também, Deputado Cartário, ouvi a sua colocação e já tinha ouvido pela imprensa a questão da prisão do Padre com relação à pedofilia. E me assustou a notícia que correu, do afastamento do policial. A Comissão de Fiscalização também estará encaminhando um ofício solicitando informações se houve, de fato, o afastamento do policial e qual seria a razão desse afastamento, porque evidentemente não podemos deixar que alguém - se de fato aconteceu isso - cumprindo a sua obrigação legal, seja punido por qualquer outro tipo de interferência. Então, a Comissão de Fiscalização estará tratando desses dois assuntos colocados por V. Exa.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT)

Concluindo, Sr. Presidente, eu só gostaria de pedir a colaboração do Deputado Romanelli, Líder do Governo, para que interceda junto ao Secretário da Segurança, visto que a Fazenda Rio Grande e Mandirituba não tem Delegado, que esse inquérito corra por Curitiba, na Delegacia de Homicídios.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Pequeno Expediente, Deputado Teruo Kato.

Deputado Teruo Kato (PMDB)

O SR. TERUO KATO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Trago hoje aqui nesta tribuna algumas informações sobre um problema que afeta de 15 a 17% da nossa população e que muitas vezes é mal interpretada, e também não tem o atendimento e a atenção adequada. O assunto que eu trago aqui, hoje, é a respeito da dislexia. E para ter mais informações, fui buscar dados na Associação Brasileira de Dislexia, que diz que a dislexia é definida como um distúrbio, ou transtorno de aprendizagem na área da leitura, escrita e soletração. Pesquisas realizadas mostram que, em média, 17% da população mundial é disléxica. Ao contrário do que muitos pensam, a dislexia não é o resultado de mal alfabetização, desatenção, desmotivação, condição sócio-econômica ou baixa inteligência; ela é uma condição hereditária, com alterações genéticas, apresentando ainda alterações no padrão neurológico. Por esses múltiplos fatores é que a dislexia deve ser diagnosticada por uma equipe multidisciplinar. Esse tipo de avaliação dá condições de um acompanhamento mais efetivo das dificuldades após o diagnóstico, direcionando as particularidades de cada indivíduo e levando a resultados mais concretos. Como a dislexia é genética e hereditária, se a criança possuir pais ou outros parentes disléxicos, quanto mais cedo for realizado o diagnóstico, melhor para os pais, para a escola e para a própria criança. A cri-

ança poderá passar pelo processo de avaliação realizada por uma equipe multidisciplinar especializada, mas se não houver passado pelo processo de alfabetização o diagnóstico será apenas de uma criança em risco.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no momento em que debatemos muito sobre a questão da qualidade da educação, aonde os municípios, os Secretários de Educação, buscam incansavelmente mecanismos para se reduzir a repetência nas escolas, eu diria que seria de extrema importância que esse assunto fosse debatido, que se busque formas de detectar esses problemas das crianças e que medidas sejam adotadas para que precocemente a dislexia possa ser diagnosticada e que assim seja feita a orientação para que as crianças não passem a ter problemas maiores na fase adulta. Na criança disléxica haverá sempre dificuldades com a linguagem escrita, dificuldades em escrever, dificuldades com a ortografia, lentidão na aprendizagem da leitura.

Portanto, todos esses fatores farão com que a criança seja discriminada, e isso poderá trazer grandes transtornos nos aspectos afetivo e emocional, trazendo depressão, ansiedade, baixa auto-estima e, algumas vezes, o ingresso para as drogas e álcool.

Por isso, estou apresentando uma indicação à Secretaria de Estado da Educação para que possamos estar dando a devida atenção a esse assunto, principalmente nas escolas.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Solicitei esse Pequeno Expediente para fazer uma fala dirigida ao Deputado Geraldo Cartário, pois o horário extrapolou e ele não pôde me conceder um aparte.

Quero ficar solidária a V. Exa. Gostaria que ficasse registrado que a 2ª Companhia de Polícia, pertencente ao 17º Batalhão, é responsável pela segurança do povo de Araucária, Mandirituba, Fazenda Rio Grande e Contenda. São cerca de 114 o efetivo total da Polícia Militar que é responsável pela segurança desses 4 municípios. São 114, contando os que tiram férias, licença, ou estão afastados por este ou aquele motivo.

Realmente temos um problema sério de segurança. V. Exa. me disse que o Delegado de Araucária era responsável pela segurança da Fazenda Rio Grande.

Gostaria de registrar aqui uma situação: é um hábito de todas as Delegacias de Polícia fechar nos finais de semana, praticamente fecharem. Por exemplo, é impossível você registrar uma queixa na Delegacia de Araucária de sexta-feira à noite até segunda-feira pela manhã.

É incrível isso, porque são nos finais de semana que as coisas de segurança acontecem. Os latrocínios, os homicídios, as brigas, os assaltos, os furtos, tudo acontece em maior número nos finais de semana.

Não seria possível ter uma força-tarefa especial nos finais de semana? Porque quando você chega para registrar uma queixa no sábado ou domingo - isso se dá nas outras delegacias também, não é uma particularidade de Araucária - eles dizem para retornar na segunda-feira.

Isso cria uma sensação de que nada ocorrerá, como, via de regra, nada ocorre.

Uma outra questão muito séria, sei que deve ser uma medida de economia, mas um dia alguém teve a idéia de centralizar o 190, centralizar é muito complicado. Você liga para a central e diz: “Meu carro acaba de ser roubado.” Eles perguntam: “Onde?” “É na rua tal.” “Que fica onde?” Aí você tem que dar as transversais, aí as pessoas não conhecem. Olha, são 15 minutos para a pessoa decifrar onde foi furtado o seu carro. É uma coisa impressionante! Eu vivi isso na pele, Deputado. Tive meu carro roubado e eu dizia: eu residio na Praça Vicente Machado, 220. Aí eles me perguntavam: “Mas em que rua?” É Praça Vicente Machado, 220. Eles não sabiam como registrar isso. Eu tinha que dar as perpendiculares, as ruas transversais à praça para que eles pudessem registrar. Qualquer policial da cidade de Araucária que esteja lá sabe onde as coisas se localizam, se fosse descentralizada essa chamada. Não sei o que levou à centralização. Deve ter uma desculpa a centralização das chamadas de 190, 192, essa coisa toda, mas isso é um problema para os municípios.

Como falei, a 2ª Companhia é responsável pela segurança dos 4 municípios e, até sábado agora, a 2ª Companhia tinha em Araucária uma sede alugada. Quando chovia, muitos do efetivo, que deveriam estar na rua, eram chamados rapidamente para a sede porque tinham que puxar os móveis e colocar lona em cima de computadores, porque a sede estava em condições precárias. Foi uma luta nossa e, agora, a companhia está numa sede adequada, paga pelo município de Araucária.

Araucária paga o aluguel da sede da Polícia Militar, paga o combustível das viaturas da Polícia Civil, paga 2/3 dos funcionários da Delegacia da Polícia Civil. Araucária é um município rico, mas e os outros municípios onde isso não é possível? Então, realmente, temos que começar a olhar com mais carinho para a questão da segurança, Sr. Presidente.

Era isso. Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado a V. Exa.

Passamos a palavra, ainda no Pequeno Expediente, ao Deputado Tadeu Veneri. V. Exa. tem a palavra por 5 minutos.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Eu venho a esta tribuna, Deputado Cheida, por uma situação que eu comentava, agora há pouco, com o Deputado Praczyk, ocorrida nesse final de semana, que acho que já deve ter acontecido com outros Deputados aqui da Casa, em outras situações. Eu me refiro, especificamente, Deputado Rossoni, à votação do nosso Regimento Interno.

Estamos tendo um pouco de eleição direta para o Partido dos Trabalhadores e estamos fazendo vários debates no estado do Paraná. Após o debate feito nesse final de semana, em Ponta Grossa, algumas pessoas vieram perguntar: “Na Assembléia Legislativa não tem um processo de votação de um Regimento, que está sendo feito novamente?” É nós estamos, realmente, encaminhando. E aí diversas questões foram levantadas e eu gostaria de pontuar algumas, porque acho que são importantes para nós todos. Uma delas diz respeito à votação específica do Regimento Interno para que propicie-nos recebermos as sugestões da população, não como uma ouvidoria, mas como um espaço de legislação da população, para que tragam sugestões.

É importante contemplar a questão da informatização da Assembléia, que precisa estar no Regimento Interno, assim como o painel que já está sendo providenciado. Todas essas explicações foram dadas, assim como a TV Assembléia, mas uma ficou pendente e acho que é preciso que nós esclareçamos à população e a nós mesmos, para que não tenhamos nenhuma dúvida quanto àquilo que vai ocorrer.

Tenho dito que nós fizemos, assim como o Deputado Caíto Quintana e o Deputado Durval Amaral, em tese, uma comissão para apreciar esse Regimento Interno e votá-lo. Obviamente, todos sabem que quem está fazendo todas as tratativas, todos os passos desse Regimento, é o ex-Deputado José Maria. Não sei porquê razão não estamos votando, ainda, esse Regimento, porque temos mais 15, 20 dias de trabalho aqui na Assembléia Legislativa. Contando todos os dias, parece-me que temos que terminar este ano com o Regimento votado. Havíamos dito em setembro que abríamos um prazo de 15 dias para que os Deputados pudessem - conhecendo o Regimento - se entendessem necessário, fazer emendas, ou supressivas, ou aditivas, enfim, fazer o debate.

Sr. Presidente em exercício, Deputado Zucchinho, acho que poderíamos fazer um esforço para que pudéssemos trazer à votação esse Regimento Interno, até porque uma situação que me foi questionada, quero colocar aos Srs. Deputados que é justamente aquela que permite que o Deputado licenciado - hoje temos 2 Deputados licenciados, é de conhecimento de todos os senhores, um que é Secretário do Planejamento e outro que é Secretário da Secretaria de Trabalho, o nosso Regimento permite e não

há nenhuma ilegalidade nisso - receba todos os bônus que recebem os Deputados que estão presentes aqui. Só que há um detalhe: ele não é Deputado, ele não está Deputado.

Essa situação no nosso Regimento é dúbia, e por ser dúbia tem gerado - comprometi-me a trazer esse assunto à Assembléia, à Plenária e é por isso que estou fazendo esse registro, justamente para que não tenhamos que ficar a cada passo, dizendo que o João, a Maria e o Pedro, que estão na Secretaria tal, ou X ou Y, que mantêm a sua estrutura aqui é que acho que deveríamos votar definitivamente o nosso Regimento, inclusive eu defendo isso, eliminando essa figura do Deputado que não é Deputado, que é Secretário, mas que se mantém Deputado Cartário, como Deputado, porque acho que não acontece isso no Congresso Nacional, nas Câmaras de Vereadores e não acontece na maioria das Assembléias. Não posso dizer que em todas elas, porque não as conheço, acontece aqui. É preciso que tenhamos um prazo bastante curto e exíguo e tenha votação no nosso Regimento Interno.

Se não fizermos, creio - o Deputado Praczyk afirmava que também foi cobrado por questões semelhantes a essa, não sei o Deputado Mauro - fui cobrado e por ter sido cobrado é que fiz esse pronunciamento na Assembléia, porque é preciso que possamos dar aos nossos eleitores ou aos cidadãos do estado do Paraná uma resposta que possa ser minimamente convincente, que é a de votarmos esse Regimento ainda este ano, eliminando aqueles pontos que são dúbios e eliminando situações como essas que citei, que sem dúvida nenhuma acabam criando um não entendimento da população com relação ao papel dos Deputados na Assembléia Legislativa.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, alguns assuntos nos trazem à tribuna desta Casa, nesta tarde.

Primeiro, mais uma vez manifestar o nosso apoio integral às palavras ditas e pronunciadas aqui pelo Deputado Cartário, no que se refere à questão do IML. O IML do Paraná é uma vergonha! Em todos os locais é uma verdadeira vergonha! Quem passa por aquilo que passou o Deputado Cartário nesse fim de semana, vê com os próprios olhos a vergonha que é o IML.

Deputado Luizão, se pegasse e mandasse embora 3 Secretários, desses que ficam encostados no Governo e

não fazem nada, 3 ou 4 Assessores Especiais do Governador, que ficam ali sem nada para fazer, já pagaria as despesas e melhoraria em 100% o IML. Mandar embora aqueles que nada fazem, já daria para ter o dinheiro para o IML e acabaria com o sofrimento das famílias quando se refere ao IML.

Também outro ponto que gostaria de tocar hoje e que tem sido polêmica neste Paraná, é a prisão da ex-Chefe do IAP de Ponta Grossa, Elma Romanó. Mais uma descartável do Governo atual. O que é descartável? É quando só serve quando há necessidade. Quando não há mais o que servir, se descarta.

E, muitas vezes, o Governo que não prende quem deveria prender, ou seja, por exemplo, aqueles que ganharam muito dinheiro do Governo na chamada Paraná Ambiental. Paraná Ambiental, o próprio Governo chegou à conclusão que se comprou um produto que valia 30, por 5, 6. Então, a auditoria do próprio Governo constatou isso. E, para surpresa nossa, não vemos nada nesse momento de prender alguém que ficou com o dinheiro do povo do Paraná. Ou melhor ainda, acho que por medida de segurança e de respeito ao erário público, S. Exa. o Governador que prende os descartáveis; que não tem coragem de prender os que de fato tiram o dinheiro do Paraná, deveria pegar de volta as florestas do Paraná. Ainda dá tempo. Quantas florestas estão sendo exploradas por empresas que estão levando uma grana preta? E o Paraná, que precisa de dinheiro para “cobrir o buraco” da saúde, que vem aí e que ameaça aumentos do DETRAN, ICMS, as telecomunicações, deveria ir atrás do dinheiro que foge pelas mãos. O dinheiro, por exemplo, da Paraná Ambiental, rolo do BANESTADO, que até hoje deu cadeia para “pequenos lambaris”, e os grandões estão a gastar o dinheiro do povo do Paraná.

Afinal, esses madeireiros, profissionais da compra da madeira, não se chamam Elma Romanó que, aliás, nosso Tribunal de Justiça deveria cumprir o que diz a Constituição, que diz que o cidadão que não tem nenhum antecedente criminal tem o direito de ter um *habeas corpus* para se defender.

Lamentamos em ver uma pessoa que defendeu a natureza, que denunciou os corruptos, que mandou um e-mail através da “escolinha”, que o Governador leu como um verdadeiro ator global naquele dia, não se tomou nenhuma providência. A providência que se tomou agora, Elma Romanó é a chefe da quadrilha, está presa, é descartável. Esse é o Governo dos descartáveis. Os pequeninhos, se descarta. Quando se comete um erro, se descarta.

Então, fica mais uma vez esse registro. Espero que o Governo ainda possa retomar as florestas do Paraná e só com o dinheiro que falta arrecadar, dá mais lucro do que deixar nas mãos de meia dúzia de madeireiros, neste Paraná que ganharam uma grande parte dessas florestas, mas para eles não dá nada.

Ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um tema importante que vai entrar em discussão amanhã na CCJ e

que, certamente, poucas pessoas têm coragem de apresentar um projeto como esse, eu tive coragem de apresentar e sei que virão represálias, eu sei que virão represálias. Mas como sou, em primeiro lugar, um Deputado que entendo que tenho que fazer o que tenho que fazer, eu apresentei e a CCJ vai amanhã discutir um projeto meu que trata sobre anulação do terceiro serviço de Registro de Imóveis de Ponta Grossa, o famoso 3º Registro, que foi criado pelo Poder Judiciário de forma errada, de forma não igual, de forma que não cumpre com a lei mandada do Judiciário para esta Casa. E cabe a nós os Deputados tomar as providências, porque até o Supremo, o STF-Superior Tribunal Federal já determinou, já tem decisão tomada de que o Poder Legislativo deve guardar também as leis, principalmente as leis.

Então, estou apresentando este projeto pedindo para reiniciar todo o processo. Não quero acabar com o 3º Registro de Ponta Grossa. Apenas estou pedindo aqui o cumprimento da lei que todos nós aprovamos e que na hora de fazer a confecção da lei se beneficiou dois cartórios e se prejudicou um terceiro, se prejudicou uma terceira pessoa. E eu estou pedindo aos senhores membros da CCJ que analisem com profundidade e não digam amanhã que o meu projeto não tem fundamento, que eu não tenho prerrogativa de mexer nessa lei. Eu não estou mexendo na lei, estou apenas colocando aquilo que deve ser colocado. Há um erro. Eu não estou pedindo a extinção do cartório, estou apenas pedindo que seja revogada a lei e se decida novo processo e se divida da forma legal, igual o 3º Distrito de Ponta Grossa.

Deputado Tadeu Veneri, não tenha dúvida que mexer com isto vai sobrar para alguém. Que seja para mim que já tenho o lombo grosso de tantas bordoadas que levei, porque mexer com gente poderosa, certamente amanhã teremos uma decisão contrária a mim no Tribunal de Justiça. Amanhã, não tenha dúvida que alguma sentença virá. Eu já me preparo para isto, porque sei que quando faço aqui, digo o que é verdade, conseqüentemente vem a resposta de outro Poder. Mas que venha, porque na hora certa haveremos de mostrar que tem muita gente que brinca de fazer leis, de cumprir as leis. Haverá hora para tudo. Por isto estou apresentando, com muita coragem, esse projeto aqui. Tenho sofrido pressões de algumas pessoas, mas nenhuma das pressões fará voltar a minha idéia. É preciso ter coragem de legislar e não brincar de ser legislador ou estar legislando em causa de alguém, a não ser do nosso povo.

Sr. Presidente, ainda gostaria de aproveitar esta tarde para destacar a importância que este Poder Legislativo tem diante da nossa vida. Hoje é um dia importante lá em Ponta Grossa, Deputado Cartário. S. Exa. o Governador, que manda prender os descartáveis e mantém livres os madeireiros que ganham muita grana com o dinheiro da Paraná Ambiental, S. Exa. o Governador estará em Ponta Grossa, deve estar neste momento, inaugurando um grande projeto, um projeto maravilhoso. Eu bem que gostaria de estar lá hoje para comemorar esta

obra que eu acho de fundamental importância para a cidade de Ponta Grossa e para os campos gerais, mas infelizmente o Governador marcou a solenidade na hora da Sessão Plenária, e daí entre trabalhar e fazer festa, inaugurar uma obra, eu sinceramente, fico aqui, até porque quero terminar agora o próximo mês com 100% de aprovação aqui nesta Casa, não faltei nenhuma Sessão. Só se tiver um imprevisto de saúde ou se algo acontecer é que deixarei de estar 100% em todas as Sessões deste período legislativo. Infelizmente o Governo comete alguns equívocos, marcou a solenidade neste horário e não podemos estar presentes.

Essa obra é muito importante, uma obra maravilhosa. O Governo está inaugurando hoje o centro de sócio-educação. É um projeto maravilhoso de quase 7 milhões, a metade do dinheiro do hospital regional. A obra está concluída, fica na região da Vila Neves, lá no Pitangui, uma área de 20 mil metros, uma área de construção de aproximadamente 5 mil metros, vai atender adolescentes, menores infratores.

O centro que está sendo inaugurado neste momento tem 7 casas, cada uma com 10 alojamentos individuais, sala de estar, refeitório, sala de atendimento técnico, sala do educador e varanda. Escolas com salas de aula e laboratório de informática, oficinas multiuso, teatro de arena, espaço ecumênico, ginásio poliesportivo, campo de futebol, área para cultivo, área para visita familiar, ambulatório médico-odontológico, serviços de apoio, alimentação, cozinha, panificadora e lavanderia, área administrativa, almoxarifado. Um grande investimento, uma grande obra, que vai atender às crianças, uma obra sensacional e que nunca, até hoje, foi construída na história de Ponta Grossa e dos campos gerais!

Por isso, quero aqui cumprimentar a Secretaria de Estado da Criança, através da Secretária, Telma Alves de Oliveira; o Secretário de Obras, Dr. Júlio César Araújo Filho e o Governador Roberto Requião, por fazer em Ponta Grossa aquilo que não tinha: um centro especial para as crianças. Isso diminuiu a violência, não é uma FEBEM, não tem nada a ver com FEBEM, é um centro que vai cuidar das crianças para que elas não venham, na seqüência, cometer erros.

Por isso, eu só lamento, Deputado Romanelli, que o Governo faça isso, marque a inauguração no dia que estamos aqui. Não podemos deixar o plenário, o plenário é sagrado. É um dia importante, um dia bonito e, logo na seqüência, S. Exa. o Governador Roberto Requião, o Governador que prende os descartáveis e não prende os madeireiros, vai estar lá no hospital regional, andando pela primeira vez, lá em Ponta Grossa. E o povo vai ficar contente de ver o Governador, porque depois da eleição esta é a primeira visita, está todo mundo curioso. Tem gente que quer saber se o Requião está mais novo, se está mais velho, se está mais simpático, se está mais brigão... eu já avisei o pessoal da imprensa hoje: Sem perguntas complicadas, só perguntas sob medida. Avisei os companheiros, até para não termos incidentes no final da tarde

hoje, mas o povo está curioso porque passou a eleição e não vimos mais S. Exa.!

Hoje uma velhinha falou para mim, na saída da Garagem da Esperança: “Jocelito, o Governador continua do mesmo jeito, o cabelinho está branco? É porque ele não veio mais depois da eleição.” Acho que está, mas a senhora vai ver hoje aí, vai lá, hoje ele vem aí. E o importante é que ele vem para inaugurar uma obra sensacional que é essa obra das crianças.

Por isso tenho que elogiar o Governador. Faço as minhas críticas, cobro o que tem que ser cobrado, elogio as coisas boas do Governo, quero me sentir assim um Deputado livre que possa cobrar, que possa elogiar e cumprimentar o que tem que ser cumprimentado. Parabéns ao Governo que entrega hoje uma obra maravilhosa na cidade de Ponta Grossa. Uma pena que o Governo não tenha a mesma linha no que se refere aos atos. Trabalha bem neste campo, está fazendo o que pode, agora, na questão de prisões vi V. Exa dizendo que um policial foi afastado porque prendeu um Padre. Um Padre que estava de sacanagem lá na Fazenda Rio Grande. E agora acho que o policial foi afastado. Isso é terrível, é a interferência desleal que se tem.

O Sr. Geraldo Cartário (PDT) (Aparte)

Aproveito, porque comentava sobre o Instituto Médico Legal e o Vereador. A imprensa está divulgando que pode ser o Vereador. Por quê? Porque o Instituto Médico Legal, que tem poucos funcionários, chegou no local e acabou deixando o braço do Vereador. E agora me ligaram que encontraram um pedaço do braço, o relógio e um pedaço da cabeça dele. Logicamente que agora já está sendo providenciado, já liguei aqui. O Deputado Alexandre já falou que o COPE é que vai cuidar do assunto, para que talvez agora consiga o DNA, porque até agora não conseguimos. Quero comunicar que estou me dirigindo ao Instituto Médico Legal e também talvez amanhã fique sem poder comparecer a Assembléia. V. Exa. está preocupado com os Institutos Médicos Legais do Paraná, com muita razão. Está aí o motivo que está levando a família a esta apreensão, porque não tem como identificar o corpo, porque um pedaço do corpo o Instituto Médico Legal deixou no local.

Obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Obrigado. Queria aproveitar para dizer também que no dia de hoje o Governador anuncia, em Ponta Grossa, novidades na questão da estação de tratamento, mais esgoto para Ponta Grossa. O gás entra dentro da cidade através da COMPAGÁS, estava somente no Distrito Industrial. É um projeto antigo e que nos anima muito. Enfim são alguns registros que queríamos fazer aqui.

Queria pedir ao meu estimado Deputado Luizão, amanhã na CCJ tem um projeto que vou lhe aplaudir, se V. Exa. der um parecer favorável. É o projeto que deter-

mina o quanto dura uma consulta nos postos do SUS no Paraná. Pediria a V. Exa. que tem andado pelos bairros de São José dos Pinhais, que conhece toda a região, que já viu um médico se virando nos 30 para atender a uma criança, que V. Exa. dê um parecer favorável amanhã. Não vejo nada de inconstitucional de colocarmos lá no receituário que o médico terá que colocar a hora da entrada e a hora da saída do paciente, para acompanharmos quanto tempo durou a consulta daquele paciente. Isso começa a resolver muitos problemas da saúde, principalmente na questão básica que estamos vivendo neste momento. A questão básica é o primeiro passo para se chegar onde queremos.

Solicito ao nosso eminente Deputado Luizão, estarei ao seu lado amanhã dando aquele apoio moral, psicológico, tudo que V. Exa. precisar para que o nosso projeto possa ser aprovado e ser lei neste estado.

Queria prestar uma homenagem aos profissionais da nossa futura TV Assembléia, aliás já estamos gravando, já estamos vendo as primeiras movimentações de câmaras, aqui, hoje.

Aliás, nós Deputados precisamos nos posicionar bem agora, porque teremos um “big brother” aqui, 3 câmaras colocadas ao nosso lado durante todas as Sessões. Nossa saudação ao pessoal da nossa televisão. Isso vai ser muito importante, porque vamos poder colocar para fora aquilo que está só aqui dentro. Isso vai deixar transparente esta Casa, e vai mostrar mais o que fazemos. O povo vai saber o que os Deputados fazem, o povo vai acompanhar e, sem dúvida nenhuma, fará muito bem.

Pediria ao companheiro da TV Assembléia que desse um zoom nesta foto, para mostrar o Centro de Reabilitação, lá em Ponta Grossa. Como é bonito interagirmos com a televisão. Vai ficar registrado na Assembléia. Esse é o Centro de Reabilitação das Crianças, lá em Ponta Grossa. Ficará nos arquivos da TV Assembléia a primeira obra inaugurada do Governo Requião, que gastou R\$ 7 milhões. S. Exa. o Governador das mudanças, o Governador que manda prender os descartáveis, mas não tem coragem de prender os tubarões da madeira.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Horário das Lideranças: Bloco PSB/PR/PRB/PV; Bloco PPS/PMN; Democratas. Democratas, com a palavra o Deputado Elio Rusch, por 10 minutos.

Liderança do Partido Democratas: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

O que me traz à tribuna na Sessão de hoje, é para fazer o registro nos Anais desta Casa, da posição do Pre-

sidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em relação à posição da Venezuela.

Semana passada, na quarta-feira, quando o Presidente da República foi entrevistado pelos jornalistas e uma das palavras que ele disse foi a seguinte: “Podem falar tudo o que quiserem do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, menos falar que ele não é democrata”.

Srs. Deputados, não é possível que um Presidente da República, eleito pelo voto direto, Luiz Inácio Lula da Silva, saiu dos movimentos sindicais, foi Líder das greves, das primeiras greves feitas no país, lideradas pelo Lula, hoje Presidente do Brasil, uma pessoa que sempre tem procurado defender a democracia em todas as suas bases, em toda sua amplitude e, de repente, o Presidente da República diz que Hugo Chávez é um democrata.

Vamos entender um pouco. É a mesma coisa que o Requião mandar uma mensagem aqui para a Assembléia e dizer o seguinte: “Olha, eu tenho poderes para fazer qualquer lei aqui no Paraná. Eu não preciso mais da Assembléia Legislativa para fazer leis; eu faço por decreto, eu tenho competência agora para prender a pessoa que eu bem queira, desde que seja acusado”.

Srs. Deputados, acho que tudo tem limite. Devemos respeitar a ideologia de qualquer pessoa e de todos os partidos, mas não podemos admitir que o Presidente da República venha a defender o Presidente Hugo Chávez na questão da democracia.

Com aparte do Deputado Reinhold Stephanes Júnior.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Só quero me somar as suas idéias dizendo que Hugo Chávez, há muito tempo deixou de ser democrata. Ele foi eleito, sim, mas depois, que ele chegou no poder, passou a procurar se tornar um ditador, subjugando todo mundo. E agora, o último ato dele foi proibir o movimento estudantil de aparecer nas ruas. Nunca aconteceu isso. Acho que a proibição, por mais que ele não goste que o movimento estudantil defenda as suas idéias, foi um dos piores atos que eu vi alguém fazer. Foi pior do que a ditadura fez com o movimento estudantil, que o movimento estudantil podia fazer reuniões e manifestações no Brasil. Lá ficou proibido desde ontem, a reunião de estudantes na Venezuela.

Isso é democracia? Não é! Mas quero parabenizar o Rei da Espanha, aquelas suas palavras: “Porquê não fica calado”, foi um exemplo de alguém que sabe se posicionar na hora certa, dizer quando alguém está passando dos limites.

Muito obrigado!

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Proibir os estudantes de ir para a rua é pior do que o AI-5 que tivemos no país. Tivemos aqui no nosso país também a ditadura, que foi condenada pelas pessoas que estão no poder hoje. Agora, não consigo entender, de sua

consciência, como é que vamos defender a democracia, ou defender a pessoa que impõe a força no seu país, dizendo que essa pessoa é um democrata.

Ora, Srs. Deputados, Hugo Chávez já disse que se alguém há de tomar o poder do Presidente da República da Bolívia, Evo Morales, que a Bolívia podia ser um novo Vietnã. Agora, o nosso Presidente da República vem e diz que ele pode ser acusado de tudo, menos de atacar a sua democracia.

Com base nisso, gostaria de deixar registrado na Sessão de hoje, nos Anais desta Casa, a nota do nosso partido, a nota oficial que diz o seguinte:

(Lê):

“Democratas repudiam aliança Lula-Chávez

Fonte: Assessoria de Imprensa

Por entender que, ao defender a continuidade de Hugo Chávez no poder com base em plebiscitos, o Presidente Lula da Silva fez a mais grave ameaça à democracia brasileira desde que assumiu o mandato, o Democratas vem a público para:

1) repudiar a sociedade do Presidente da República e do Governo com o ditador da Venezuela Hugo Chávez, por considerar que esta aliança ameaça a democracia e o estado de direito, além de ser contrária e nociva aos interesses do povo brasileiro;

2) denunciar ao país que, ao avalizar e tentar conferir legitimidade ao Governo ditatorial de Hugo Chávez, o Presidente Lula emite sinal verde a golpistas que estão urdindo emenda à Constituição para impedir a alternância de poder no Brasil, a exemplo do que foi feito na Venezuela;

3) reafirmar que o prazo do mandato do Presidente Lula está definido na Constituição da República e que propostas espúrias para mexer neste prazo serão tratadas pelo Democratas como aquilo que realmente são: tentativas de golpe de estado para extinguir a democracia e o estado de direito com o objetivo de instalar uma ditadura no Brasil;

4) antecipar que as bancadas Democratas na Câmara e no Senado rejeitarão toda e qualquer manobra para enfraquecer o Congresso Nacional e conduzir o país à margem da lei e do estado de direito;

5) reafirmar que o Democratas vota contra o ingresso da Venezuela no MERCOSUL, porque o Mercado Comum exige a credencial democrática dos países membros, requisito que o ditador Hugo Chávez subtraiu do seu país e do seu povo;

6) e, por fim, manifestar total solidariedade aos valentes venezuelanos que enfrentam o Governo antidemocrático de Hugo Chávez, na Venezuela.

Brasília, 15 de novembro de 2007

Rodrigo Maia - Presidente.”

Sr. Presidente, por que fizemos questão de ler ao menos esta nota do nosso partido? Para que fique registrado aqui nos Anais da Casa, porque nós, Deputados, não podemos permitir que um governante que fecha órgãos de imprensa, que tira a liberdade de informar à sua

população, que este governante venha a ser enaltecido pelo nosso Presidente da República.

Pela ordem, se me permitir, permito aparte ao Deputado Traiano e também ao Deputado Tadeu Veneri.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Elio Rusch, V. Exa. tem 30 segundos. Então, não sei se V. Exa. poderia permitir vários apartes. Solicito a V. Exa. que, de bom senso, conceda um aparte - V. Exa. está esgotando seu tempo - e posteriormente damos um minuto para que V. Exa. possa concluir.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Presidente, não quero ser deslegante nem com o Deputado Tadeu Veneri e nem com o Deputado Traiano. Permitam que eu não faça opção, os dois são meus amigos, embora os dois tenham idéias divergentes.

Só deixo registrado aqui, Srs. Deputados, esta nota oficial do nosso partido em relação à afirmação àquilo que o nosso Presidente da República manifestou-se, na semana passada, em relação ao Presidente Hugo Chávez.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Muito obrigado pela sua compreensão, Deputado. No horário destinado ao PT, concedemos a palavra ao Deputado Elton Welter.

Liderança do PT: Deputado Elton Welter

O SR. DEPUTADO ELTON WELTER

Sr. Presidente, em democracia, nosso partido, certamente, como muitos desta República, temos exemplo para dar e vender, vamos assim dizer. O PT sempre lutou pela abertura democrática, o PT é um partido que faz de tudo para que haja oportunidade para a maioria das brasileiras e brasileiros e o PT respeita a soberania dos países, principalmente dos países vizinhos.

Nosso Presidente da República, certamente quando deu a declaração a Hugo Chávez, ele respeita a forma como é conduzida a democracia naquele país. Há um momento, naquele país, onde é permitido este período democrático. A democracia deles é diferenciada, Elio Rusch. Nós, do PT, e o Presidente Lula, hoje, a própria mídia ou o seu partido, os Democratas, nas entrelinhas se trabalha como se nós quiséssemos fazer um terceiro mandato para o Presidente da República.

Não fizemos e nem vamos fazer a emenda à Constituição, como foi feita a emenda constitucional com o 2º mandato do FHC. Lá era propício, com medo do Lula. Era o medo do Lula quando fizeram o 2º mandato para ele. E agora, estão antecipando um tema que nunca foi puxado por nós e nós não defendemos.

Esta questão do Hugo Chávez, temos que respeitá-la na sua posição. Não queremos interferir na independência do seu partido e na forma do seu Governo, em

relação ao conceito de democracia que eles têm. Lá, eles aplicam o *referendum* popular, que aqui ainda não é aplicado. Lá, é feita a consulta popular das decisões importantes daquele país. Aqui no país ainda não foi adotado. Foram feitos plebiscitos, e aqui também se prevê na Constituição os *referendums*.

Lá, quando o Lula se referiu dizendo que não era democracia, quando foi feita a consulta popular, via *referendum*, a população que disse se era permitida a recondução para mais um mandato. Então, foi este o termo que o Lula quis dizer e está se fazendo uma confusão com relação ao assunto, querendo colocar outras palavras na boca do Presidente. Nós do PT queremos que os partidos políticos do país sejam fortes, queremos que a Venezuela esteja no MERCOSUL, o que, com todo o respeito, é um erro político do seu partido, porque a Venezuela é um país importante na América e os blocos econômicos do mundo só são fortes na medida em que os países vizinhos se juntam e somam forças para negociar com os blocos econômicos a nível internacional. Acreditamos que fortalecer o MERCOSUL é uma forma real de podermos negociar com condições de igualdade com os blocos econômicos do mundo afora e há um esforço grandioso por parte do Presidente Lula no sentido de consolidar o MERCOSUL e que certamente é importante a participação da Venezuela.

Sr. Presidente, na semana passada saiu uma pesquisa onde o Presidente da América Latina melhor avaliado se chama Luiz Inácio Lula da Silva. Também, os dados que falam do nosso Governo, do Governo do Presidente Lula, são os melhores possíveis em termos de área econômica, dos juros que vêm caindo, dos investimentos que estão acontecendo, da necessidade hoje para quem quer, por exemplo, adquirir um veículo, precisa esperar 90 dias, mostra que há uma perspectiva real deste país se transformar em uma grande nação de fato.

Na semana retrasada foi descoberto um poço de petróleo nas terras brasileiras, onde o próprio Presidente, quando teve a transição com relação à mudança de Governo, quando o Fernando Henrique perdeu as eleições, mandou avaliar os contratos da PETROBRAS, onde reorientou que a prospecção da PETROBRAS fosse feita com maior intensidade em terras brasileiras, e graças a Deus a estratégia deu certo! Hoje, com essa descoberta do petróleo, nos dará cada vez mais condições de negociarmos, de cabeça erguida, com os países do mundo.

Não é à toa que fomos muito criticados com as viagens do Presidente, com a compra do "Aerolula", o Lula levava sempre os empresários para os países que nos interessam nos negócios e hoje, cada vez mais, a nossa dependência internacional é cada vez menor. Hoje, não é um país que é um grande exportador ao Brasil que vai tensionar o povo brasileiro, porque temos outras opções no mundo afora. Então, a estratégia do Presidente em buscar caminhos e alternativas para os negócios dos empresários brasileiros em outros continentes, em outros países, deu certo. Não é à toa que neste momento histó-

rico do país as empresas brasileiras estão investindo muito dinheiro lá fora também, transformando-se em empresas bem capitalizadas. Isso está fazendo com que o país tenha, cada vez mais, respeito no exterior e consiga negociar de cabeça erguida.

A nossa democracia está sólida, a nossa democracia certamente não permite ser comparada com a Venezuela. Agora, temos que respeitar a forma como aquele país conduz os referendos, a forma de condução daqueles países. O direito à crítica é válido, naturalmente, mas certamente defendemos que haja integração dos países da América para que tenhamos, cada vez mais, poder e força no sentido de conseguir negociar internacionalmente melhores acordos com os países que são considerados de 1º mundo e que muitas vezes colocam grandes barreiras alfandegárias para colocarmos os nossos produtos lá fora e na medida em que querem colocar os produtos aqui dentro, não temos força para exigir a mesma contrapartida.

Concedo um aparte ao Deputado Stephanes e ao Deputado Tadeu.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Sr. Presidente, quero dizer a V. Exa. que me sinto prejudicado aqui na Sessão, porque não ouço as palavras do Deputado Welter e não é por falta de vontade, porque estou aqui tentando prestar atenção, mas na verdade o som não colabora, não sei o que está acontecendo, algo tem que ser feito. Olha, eu comecei agora a falar, começou melhorar, Deputado Welter, mas quero dizer que boa parte do seu pronunciamento eu não ouvi. E não é possível que não tenhamos um som à altura desta Casa para aqui fazermos o bom debate, contribuirmos para o bom trabalho desta Casa. Quero fazer o registro, porque na semana passada fiquei 10 minutos aqui com o Deputado Romanelli pedindo som, agora novamente. Eu não estou culpando os servidores do som, mas não é possível, qualquer alto-falante de carro velho de campanha funciona melhor que este som da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Acho que procede a questão de ordem levantada por V. Exa. com relação à questão do som. Pediríamos ao pessoal que preste atenção quando o Deputado chama o som na sua mesa, porque muitas vezes as pessoas ficam apertando e não conseguem falar. E vamos passar ao 1º Secretário.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Zucchinho, até o atendimento eles atendem, o problema é não ouvir quem está falando.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Queria dar uma sugestão a esta Casa, que eu já dei, ao Deputado Alexandre Curi, ao Presidente desta Casa, o

nosso problema de som aqui é porque temos vários lugares que o som embora para cá. Por exemplo, o pessoal da imprensa faz as suas entrevistas normais aqui, durante esse processo todo mundo fica conversando, entrevistando as pessoas, e todo mundo fala no volume que quer. Esse som naturalmente confunde com o som daqui, esse é o grande problema da Assembléia. Nós que entendemos um pouco de som sabemos que é isso, é preciso fazer aqui uma proteção, proteger esse som, que automaticamente vai melhorar. O nosso problema é só esse, qualquer Parlamento que tiver no fundo esse tipo de conversa que se tem, entrevistas, vai acabar misturando aqui e nunca vamos ter um som que preste. Não adianta culpar o som, tem que organizar aqui, colocar essa devida proteção que não vai atrapalhar o trabalho da imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Continua com a palavra o Deputado Elton Welter.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Concedo um aparte ao Deputado Stephanes Júnior.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Vou ser rápido, apenas quero me solidarizar com você, Deputado Elton Welter, porque realmente acho que o PT está no caminho certo, ele manteve a política que vinha dos Governos anteriores, econômica, fiscal, social, apesar de ter criticado as reformas que tinha, hoje acabou as vendo necessárias e dando seqüência a elas.

Também com relação ao “Aerolula” que V. Exa. comentou, acho uma demagogia quem diz que não deveria ter um avião bom para o Presidente. Tem que ter, até acho que o PT antigamente criticava isso, falava que o Presidente só voava, hoje o Lula voa mais que o Fernando Henrique, mas está correto, porque é para coisas importantes e necessárias.

Então, quero dizer que a sua posição está correta. O Brasil está no caminho certo. Felizmente houve o bom senso de se manter esse posicionamento.

Com relação à Venezuela, aí quero discordar. A Venezuela é importantíssima para o MERCOSUL, mas o pré-requisito democracia, na minha opinião, não existe mais lá. Acho que a concentração de Poderes, hoje o Legislativo, o Judiciário, estão na mão do Presidente da República. Proibição de manifestações estudantis no final de semana, a questão de fechar televisões, censurar a imprensa, o aparelhamento do Governo com partido político, acho que isso transformou a Venezuela não mais numa democracia, porque a pessoa, depois que chegou ao poder pelo voto direto, se transformou num ditador.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Concedo um aparte ao Deputado Tadeu Veneri.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Acho que esse debate sobre a Venezuela é um debate que vai continuar. Acredito que os democratas

fazem o seu papel, até porque têm uma leitura diferenciada daquela que nós temos. Mas é bom lembrar que todos os processos que são feitos na Venezuela, são feitos com consulta e em todos eles o Presidente Chávez obteve maioria.

Segundo, quando o Zapatero, ele questionou o Zapatero que era 1º Ministro da Espanha, ele questionou se Zapatero de fato apoiou ou não o golpe, o que não foi respondido. E quando houve a tentativa de golpe na Venezuela, em nenhum momento houve manifestação em nenhuma Assembléia do Brasil todo contra aquele golpe, a não ser por parte de alguns partidos políticos, entre eles o PT.

E acho que, por último, a Venezuela faz hoje um processo de redistribuição de renda de petróleo, coisa que nunca foi feita dentro da Venezuela, e que não é só a Venezuela. Quando se ataca a Venezuela, o objetivo, na verdade, é fazer um debate a respeito das posições políticas que tem hoje o Chile, o Uruguai, a Argentina, a Bolívia, o Equador, El Salvador, Nicarágua, além da Venezuela, que são países que têm feito uma política voltada para a maioria mais pobre da população, que é o que faz o Presidente Lula no Brasil. Por isso que está sendo criticado.

Enquanto se fazia política para a maioria rica, ninguém questionava. Agora, quando é feita para a população que sempre foi excluída do processo de renda da maioria da nação, há crítica.

A crítica deve existir quando se acredita que é necessária. Mas essa crítica que não há democracia na Venezuela, devem lembrar aqueles que criticam, que na França foi feito exatamente o processo similar a esse, dando condições para que haja um mandato indefinido do Presidente da República. E não há nenhuma crítica porque é na França. Se fosse na Bolívia, a crítica poderia estar existindo.

Muito obrigado!

O SR. ELTON WELTER (PT)

Agradeço os apertes.

Temos que ter cuidado para não sermos pautados para o que a grande mídia internacional quer que os brasileiros pensem. A mídia internacional deixa chegar ao povo brasileiro aquilo que não interessa à democracia brasileira, e sim confundir a opinião pública.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Horário das Lideranças, PSDB. Com a palavra o Deputado Ademar Traiano.

Liderança do PSDB: Deputado Ademar Traiano

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso a tribuna na tarde de hoje para me reportar a um tema que já está nesta Casa, encaminhado pelo Sr. Governador Roberto Requião, tramitando nas devidas comissões.

Com certeza, no início do mês de dezembro, esta Casa abrirá uma ampla discussão com relação a esta mensagem governamental, que visa, mais uma vez, afrontar o bolso do contribuinte paranaense, com o aumento das alíquotas do IPVA e das taxas do DETRAN.

Uso esta tribuna para manifestar, como Líder do PSDB, a nossa posição contrária à pretensão governamental, que deverá ser sustentada pela Bancada da Situação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PSDB, como partido, na manhã de hoje reunido em seu diretório estadual, com a maioria dos seus parlamentares da bancada estadual e com a maioria dos Deputados Federais, com os membros da Executiva Estadual, tomou uma decisão em defesa dos paranaenses. Comunico oficialmente a esta Casa que o PSDB fechou questão com relação à votação deste projeto. O PSDB determina, orienta aos Srs. Parlamentares, que na votação do projeto que trata do aumento da alíquota do IPVA e das taxas do DETRAN, a bancada estadual deve seguir a orientação do partido e, como tal, votar contrariamente ao aumento dos impostos previstos pelo Sr. Governador, até por que entendemos que é uma aviltação ao bolso dos contribuintes paranaenses, num momento de tanta dificuldade da sociedade brasileira e paranaense.

O PSDB em nível nacional, entendendo que a CPMF já cumpriu a sua missão, os cofres do Tesouro Nacional estão abarrotados de recursos, posiciona-se nacionalmente contrário à aprovação da CPMF. Da mesma forma, nós paranaenses, Deputados do PSDB, seguimos a orientação do PSDB Nacional de que todo e qualquer projeto oriundo do Governo que objetivo aumentar impostos, o partido tem que se posicionar contrariamente. Aqui no estado, nesta manhã, o PSDB decidiu que vamos tomar partido e posição definitiva com relação a este projeto e outros assuntos que, com certeza, no curso do tempo, muito em breve, o partido deverá ter a orientação e dar a orientação aos Srs. Parlamentares com relação ao comportamento nesta Casa.

Deputado Elio Rusch, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Nós não podemos concordar, até porque o aumento do imposto de 2,5% do IPVA para 3%, diretamente já teremos um aumento real de 20% no bolso do contribuinte deste estado. Se formos elencar aqui a redução de 15 para 10% para quem efetua o seu pagamento à vista, vamos chegar a um percentual na casa dos 27%. Além do que, as taxas do DETRAN, Srs. Deputados, da forma como está colocado o projeto e a mensagem do Governador, poderão atingir a um percentual de 250% de aumento de impostos, o que, com certeza, vai fazer acontecer um crescimento enorme nos caixas do Tesouro do Estado.

Deputado Romanelli, com certeza V. Exa. tem a compreensão de que o Governo está no caminho errado e usa o DETRAN paranaense nesse aumento de impostos e taxas, Deputado Durval Amaral, com certeza para buscar o equilíbrio de um caixa que compromete a estrutura administrativa deste estado e que se vale desse aumento para poder fechar o seu caixa, no final do ano, no seu balanço e no exercício financeiro do dia 31 de dezembro. Não podemos concordar.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Traiano, quero apenas reafirmar o que já falei da tribuna desta Casa alertando os Srs. Deputados: Se agirmos com firmeza, se formos combativos, não tenho dúvida que este Governo terá que voltar atrás, refluir, e não mandar para esta Casa esse aumento de impostos e de taxas que está vindo num pacote que, sinceramente, a população não suporta mais esse tipo de atitude.

Cumprimento V. Exa. e alerta aos Srs. Deputados: vamos continuar no bom combate. Amanhã teremos CCJ e lá na CCJ teremos oportunidade, Deputado Romanelli, inclusive está vindo o Projeto de Lei nº 782, que trata da questão do *causa mortis*, transmissão, é um novo aumento de impostos que está vindo aí de uma forma ainda não explicada. Já aproveito para sugerir - e está aqui o Presidente da CCJ - para fazermos uma Audiência Pública, trazermos alguém do Governo para explicar. Estou desde o início da Sessão fazendo a leitura, ainda tenho muitas dúvidas sobre esse projeto e encareço a V. Exa. e ao Presidente da CCJ, que amanhã não votemos na CCJ, até que não tenhamos o verdadeiro impacto no bolso do cidadão paranaense.

Obrigado, Deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Agradeço V. Exa., Deputado Valdir Rossoni, nobre e eminente Presidente do PSDB do estado do Paraná, que sempre tem mantido uma posição muito determinada nesta Casa. Os paranaenses com certeza estão reconhecendo o seu trabalho.

Concedo um aparte ao Deputado Durval Amaral.

O Sr. Durval Amaral (Partido Democratas)

Quero cumprimentar V. Exa. por extensão, a sábia decisão do PSDB no fechamento da questão contra o aumento da carga tributária pretendida no estado do Paraná. Administrar, nobre Deputado Traiano, a genialidade da administração, consiste na contenção de gastos, despesas e custos. Isso faz com que o dinheiro público possa ser efetivamente bem aplicado.

O aumento da carga tributária ou das taxas, principalmente do DETRAN, vai à disfunção da própria lei, porque não é finalidade do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná obter lucro. Isso é um absurdo e uma

anomalia, onde as pessoas mais pobres e necessitadas, aqueles que principalmente tiram a sua primeira habilitação para conseguir um emprego, o primeiro emprego na maioria das vezes, o aumento das taxas na ordem dos 250% fica praticamente inviabilizada.

O aumento do IPVA verdadeiramente na casa dos 27, uns falam em até 30%, mas acredito que na faixa dos 27%, vem em desfavor do próprio estado do Paraná, porque é sabido que existe uma guerra fiscal entre todos os estados da federação, que faz com que o Paraná perca empresas e indústrias para o estado de Santa Catarina e para outros estados. E também no lado positivo faz com que muitos cidadãos de outros estados da federação emplasquem os seus veículos aqui no estado do Paraná. Automaticamente, havendo um aumento da carga tributária na ordem de 27 a 30%, esses cidadãos não terão essa mesma motivação. Isso vem em desfavor, porque paranaenses vai pagar mais caro o imposto, vai sobrecarregar o cidadão paranaense e, em contrapartida, corremos um risco de perder receita, porque muitos proprietários que emplacam hoje os seus veículos aqui no estado do Paraná, por mais que isso seja desmentido, vão deixar de emplacar.

Então, vamos estar prestando um favor a outros estados e causando um prejuízo no bolso do cidadão paranaense, aumentando a carga tributária do Imposto de Propriedade de Veículos Automotores na faixa de 27%, porque o aumento da alíquota de 2,5% para 3,0% é o aumento da alíquota disfarçado, diminuindo o desconto de 15 para 10%, o que chega quase a 30%, se não me falha a memória, algo em torno de 27%.

V. Exa. e o PSDB estão efetivamente de parabéns. Com toda a certeza fica aqui a minha posição pública radicalmente contrária a qualquer aumento de taxas ou de carga tributária no estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Traiano, um minuto para que V. Exa. possa concluir.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Muito obrigado, eminente Deputado Durval Amaral. V. Exa. fundamenta com muita riqueza as suas colocações, enaltecendo o nosso pronunciamento. Tenha a compreensão de que como um grande e profundo conhecedor que é o Deputado Durval Amaral, principalmente nessa área fiscal, realmente deu uma contribuição enorme ao nosso pronunciamento.

Agradeço aos Srs. Parlamentares que deram a sua participação. Voltaremos ao assunto. Estaremos aqui no momento em que o projeto vir ao plenário desta Casa, para a aprovação. Iremos encaminhá-lo contrariamente, como deverão encaminhar os demais Parlamentares. Espero que a exemplo do PSDB, os demais partidos que tenham esta leitura possam também fechar a questão, para que possamos defender os paranaenses como um

todo. Que aqui é o grande fórum de debate da sociedade paranaense.

Este é o momento de sairmos em defesa do contribuinte paranaense. Não aviltarmos, mais uma vez, Deputado Elio, o bolso do paranaense. No início do ano há um comprometimento muito grande das famílias paranaenses com matrícula, compra de material escolar, IPVA, IPTU, enfim, o comprometimento é muito grande. E com essa decisão, o Governador do Paraná realmente macula a sua imagem, porque os paranaenses não permitem, com certeza, uma decisão arbitrária como esta.

Muito obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Horário das Lideranças, com a palavra o Líder do PMDB, Deputado Waldyr Pugliesi.

Liderança do PMDB: Deputado Waldyr Pugliesi

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estava ouvindo os pronunciamentos de alguns Deputados da Base Oposicionista e não posso me surpreender com a linha que continuam adotando. Outro dia, após um pronunciamento do brilhante Deputado Ney Leprevost, eu falando aqui da tribuna, disse mais ou menos o seguinte: não se preocupe Deputado, as milícias Chavistas não estão para invadir o Tatuquara.

Mas, hoje, posso até pensar, Deputado Romanelli, em sugerir a esses Deputados que estão preocupados com a democracia na Venezuela, que eles poderiam fazer uma brigada expedicionária e dirigirem-se ao país vizinho, para libertar a Venezuela. Por que não? Imaginem uma força expedicionária comandada pelo nosso querido Deputado do PMDB que mostra o pluralismo que existe dentro do partido, Stephanes Júnior. Não poderemos deixar, de maneira nenhuma, que o Leprevost também esteja nesta brigada. E o combativo Líder pangermânico Elio Rusch, poderia também estar nessa brigada.

Agora, gostaria de ver aqueles que aqui batem todos os dias no Líder popular Chávez, que também se preocupassem com o fechamento do canal de televisão lá no Paquistão, onde um verdadeiro facínora comanda aquele país sob o tácio norte-americano há quantos anos. Fechou os canais de televisão que lhe fazem oposição lá, porque ele é um governante que lesa a pátria paquistanesa. Essa é a minha convicção.

Aliás outro dia a Líder feminina, Benazir Bhutto, voltou ao país com todas as garantias que ela pudesse fazer política para disputar as eleições. Pois bem, antes, esses paquistaneses, irmãos gêmeos dos demos que existem por aí, tinham assassinado o marido da Líder Benazir Bhutto. Ela voltou com todas as garantias. Estava presa nessa final de semana, com arame farpado em volta da sua casa.

Então vejam como são as coisas: essa Oposição que todos os dias clama contra possíveis elevações de taxas e impostos necessários à administração do Paraná, me parece que nunca falaram nada a respeito daquelas empresas que foram isentadas do pagamento de ICMS. No mínimo, 174 mil empresas, Sr. Presidente Zucchi, 174 mil empresas que não pagam ou pagam um pouquinho de ICMS, micro e pequenas empresas, não pagam nada de ICMS, mas isto não vale. É a mesma Oposição que clama - olha, quando bandidos neste país, e não são políticos, porque muitas vezes todos os males para determinados brasileiros, todos os males advêm da atuação política, jogaram soda cáustica e água oxigenada no leite, esses que não são políticos nem nada, estão aí fazendo essas coisa, estão praticamente livres de uma ação firme do Governo, o Federal, que apoiamos e que deveria fazer com que os sonegadores de impostos, que são os responsáveis pela falta da creche, onde ela existe, essa falta ou é a falta do hospital, da estrada, da recomposição da estrada, porque furtam o povo brasileiro, não fazendo o recolhimento dos impostos que são aos bilhões sonegados e transferidos para fora do país.

Então, cobram o hospital. Na hora que o Governo contrata profissionais que gerirem o hospital, aqui se bate no Governo porque está inchando a máquina administrativa.

Ora, como que você constrói penitenciárias, estradas, hospitais, escolas, e não aumenta o número de funcionários para que esses equipamentos urbanos possam funcionar?

Então, olha só, não vi também aqui a Oposição, por exemplo, mandando, aliás esta Assembléia Legislativa, Sr. Presidente, poderia até mandar um ofício parabenizando o companheiro Ivo Morales, Comandante da Bolívia, que, até que enfim, começa a se libertar, porque juntamente com médicos cubanos, só agora, há poucos dias, operaram, Pastor Edson Praczyk, de graça, sem cobrar nada, mais de 4 mil brasileiros que atravessam a fronteira para fazer operações de catarata. Isto, no mundo inteiro, na prática, é a implantação de Carta de Puebla, sabem, a solidariedade internacional se verificando aqui, Deputada Rosane, pertinho de nós.

Então, ao invés de termos receio do Presidente da Bolívia, que é um democrata e um patriota, deveríamos, sim, nos aliar cada vez mais a esses governantes, porque eles levam em consideração a contemplação do interesse público. É isto que estamos vendo.

Então, se fala aqui do Rei da Espanha que teria tido um rasgo de coragem quando pronunciou algumas palavras que Hugo Chávez até fala que não ouviu. Então, por que ele não foi valente, se foi valente esse Rei da Espanha para enfrentar o fascismo franquista que esmagou a pátria espanhola, que matou milhares e milhares de patriotas espanhóis? Rei? Mas que Rei? Rei fascista, direitista, companheiro dos latifundiários que existem pelo mundo todo, sabem.

Agora vão dizer: “Olha, o Líder do PMDB está falando do Rei da Espanha”. Mas que Rei? Que Rei? Que se curvava diante do franquismo, que namorava o nazismo? Ora, não precisamos, na realidade, desses governantes! O povo espanhol sofreu muito, eu mesmo, nessa longa caminhada dentro da política, sempre tinha o conhecimento daqueles que eles condenavam para mostrar que o regime franquista ainda era forte! Lembro quando eles, através do garrote vil, que era uma forma cruel, própria de bandidos, executaram um menino espanhol que se levantou a favor da liberdade naquele país.

Dentro da Espanha ainda, Sr. Presidente, estão os bascos que querem a criação da nação basca, como os curdos querem fazer a sua nação com território do Iraque, do Irã e da Turquia! Como os cubanos querem botar para fora aqueles que dentro da base de Guantanamo fazem, todos os dias, torturas inimagináveis contra pessoas que, muitas vezes, estão presas sem saber porque estão presas lá no outro país, e 500 mil iraquianos já foram mortos nesse período recente da guerra imposta ao povo iraquiano pelo Governo norte-americano.

Estamos aqui e a democracia é boa por causa disso. A democracia que existe na Venezuela, quantos referendos foram executados lá? Quantos plebiscitos, quantas eleições? Nos referendos, nos plebiscitos, nas eleições, sempre Hugo Chávez esteve presente. Por que não derrotaram Hugo Chávez, por quê?

Concluindo, Sr. Presidente, gostaria que esse governante do Paquistão, fabricante de bomba atômica, e vocês têm visto a miséria espalhada no Paquistão e ele está numa guerra praticamente permanente contra a Índia, fabricam foguetes balísticos, bombas atômicas e depois fazem com a Oposição aquilo que não deveriam fazer, porque é uma covardia falar para uma Líder na nação que estava fora do país? “Você pode voltar, você terá todas as garantias constitucionais aqui”. E na hora que chega mandam prendê-la, existem atentados a bomba, a casa cercada de arame farpado. E nós só estamos preocupados com o Chávez porque ele tem o petróleo para ser benefício à população venezuelana, paga milhares e milhares de médicos cubanos que estão na Venezuela fazendo um papel saneador dentro da saúde, no quarteirão, tem o médico do quarteirão.

Acho que é um avanço fantástico e temos companheiros que compreendem essa situação. Temos que estar presentes deixando aqui a nossa solidariedade àqueles que, como nós, aqui no país, queremos construir uma nação onde possa existir o mercado e não ter uma nação como ainda hoje nós somos, submetida aos interesses do mercado.

Obrigado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, estou acompanhando aqui todos os pronunciamentos dos Srs. Deputados. Achei muito interessante o pronunciamento do Líder do PMDB, Waldyr Pugliesi, e também os Parlamentares do PT que falam

sobre o Presidente Hugo Chávez como democrático porque realizou e realiza plebiscitos na Venezuela. É importante lembrar que a Assembléia Legislativa também realizou um plebiscito aqui no Plenário e aprovou, por unanimidade, o título de persona non grata para o Presidente da Venezuela. E após aprovado este título na Assembléia, não vi nenhum dos grandes jornais do estado do Paraná, nenhum paranaense se pronunciar como chavista defendendo esse Líder venezuelano.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Não havendo questão de ordem a decidir, passo à Liderança do Governo.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Vou fazer uso, até para responder ao Deputado do PPS. A origem do PPS inclusive é do Partido Comunista Brasileiro, onde militaram grandes brasileiros que serviram muito e tinham no socialismo a sua principal bandeira, a igualdade entre as pessoas. Hoje o PPS está muito diferente, mas é um processo, é a dialética, Deputada Luciana, que faz com que as pessoas se modifiquem tanto. Mas há de se reconhecer que o Presidente Hugo Chávez, que às vezes tem um estilo mais contundente, ele personifica um estilo de pessoa que não é esse sentido pasteurizado, discurso pasteurizado que a mídia brasileira gosta. Ele tem um estilo mais agressivo, mais contundente. Muito provavelmente, Deputado Elio Rusch, V. Exa. também tem um estilo mais contundente, não é bem o estilo que as pessoas gostam.

Quero me somar ao Líder Pugliesi e de fato fazer uma brigada expedicionária à Venezuela para V. Exas. conhecerem o processo democrático da Venezuela. Disse o Presidente Lula: “Nenhum governante da América Latina passou pelas eleições que o Presidente Chávez passou, 2 ou 3 referendos, eleições diretas para Presidente, Constituinte, voto direto e secreto.” Enquanto estamos discutindo, aqui, modelos de democracia, e nossa constituição, e nosso próprio ordenamento jurídico muito timidamente avança no processo de gestão democrática, o Governo do Presidente Lula avançou muito neste aspecto.

Temos que reconhecer que a Venezuela, na área de gestão de políticas públicas, avançou com a democracia participativa. O controle social, Deputado Marcelo Rangel, V. Exa. se surpreenderia se fosse à Venezuela, e gostaria até que fôssemos juntos, V. Exa. vai se surpreender com o modelo de discussão que tem tanto na formação, quanto na implementação das políticas públicas. É muito interessante, não é à toa que o Presidente Chávez tem o apoio que tem para poder Governar a Venezuela. Quando digo isso, as pessoas podem não gostar do estilo dele. Ele levou um pito do Rei, vamos reconhecer, o Rei que deu sustentação ao regime de Franco, ao regime fascista. Mas

o Rei passou um pito público, porque é verdade que ele estava molestando o Presidente do Conselho, Ministro da Espanha. Mas isso é um tema que coloco porque acho que é interessante.

Quero dizer que a Assembléia Legislativa, por um cochilo nosso, aprovou aquela moção. Meu e de outros companheiros que não esperávamos a votação naquele momento. Quero dizer o seguinte - tentei votar o desarquivamento, vamos encontrar uma forma legal de retomar esse tema - ouvi os pronunciamentos dos nobres Deputados do PSDB, Líder da Oposição Valdir Rossoni, Líder do partido Deputado Ademar Traiano, ouvi outros Parlamentares, quero dizer que há uma série de mensagens que chegaram a esta Casa. São mensagens que criam oportunidade para que possamos discutir algumas demandas que temos, aquele projeto de lei que necessariamente, obrigatoriamente temos que fazer alguns reajustes na tabela das taxas do DETRAN, são necessárias, os serviços estão sendo modificados e ampliados. Já faz muitos anos que não há reajuste. É necessário promover essa adequação.

Em relação à questão do IPVA, gostaria, Deputado Traiano, que V. Exa. pudesse ter a mesma coerência da Governadora Ieda Crucius, ou do Governador Serra, onde o PSDB está governando. Vizinhos nossos aqui. Vai verificar o que eles estão promovendo. A Governadora acabou sendo derrotada lá, quando tentou aumentar ainda mais o ICMS do Rio Grande do Sul, que é um ICMS muito elevado, mas que ainda está discutindo.

Embora tenha que reconhecer que me impressionou muito, outro dia, quando recebemos aqui a Governadora. Gostei muito da Governadora, ela tem os pés no chão e, certamente, se promover uma mensagem na Assembléia para modificar a questão, é porque ela tem absoluta necessidade desse tema.

Penso que esse é um tema que tem que ser amplamente debatido, amplamente discutido, Deputado Valdir Rossoni. Quero dizer a V. Exa o seguinte: dizia agora há pouco ainda, V. Exa. sabe, eu como Líder do Governador Requião, temos uma base de companheiros e companheiras que são pessoas leais em quem confio. Quero sempre vencer pelo diálogo, pela discussão, pelo debate, mesmo que tenhamos que votar em um determinado momento. Mas V. Exa. sabe que vamos discutir isso à exaustão. Esclarecer todos, esclarecer a nova mensagem do imposto, da progressividade do ITCO, que é um novo conceito, diga-se de passagem. Já discuti com o Líder Deputado Reni Pereira, moderniza a cobrança desse imposto e isso tudo cria o ambiente para a discussão.

O próprio IPVA, que V. Exa. Deputado Rossoni, sabe, o grande beneficiário é o Prefeito de Curitiba Beto Richa, porque afinal de contas, provavelmente, o incremento será de R\$ 186 milhões, R\$ 93 milhões vai para o caixa do estado e R\$ 93 milhões para os municípios. Curitiba tem 1/4 da frota, 1 milhão de veículos. Vamos ter um acréscimo, nos meus cálculos, mais ou menos de R\$ 23 milhões para o Prefeito Beto Richa investir no ano

que vem, 2008. Ele que tem reclamado tanto. Imagina que ele queria como empréstimo, que não foi possível, agora mais da metade vem mesmo com dinheiro. Dinheiro desvinculado da fonte zero, zero. Imagina quanto que vai ser positivo para o Prefeito Beto Richa essa mensagem que está tramitando aqui na Casa. Ele tem que reconhecer que vai ser muito bom para ele, para o Prefeito de Ponta Grossa e para todos os prefeitos das cidades paranaenses, porque esse imposto vai beneficiar efetivamente muito mais os municípios.

Quero dizer que esse debate, na minha avaliação, tem que se dar num nível que possamos estar discutindo. Quero dizer, Deputado Rossoni, que aceito, sim, a proposta de se fazer a Audiência Pública. Sou favorável às Audiências Públicas. Vamos chamar as pessoas que necessariamente temos que chamar para discutir, sem criar aquelas grandes discussões fora de horário. Talvez na CCJ seja, de fato, o grande ambiente para trazer. Vem, discute, resolvemos, sem grande demanda. Mas ali, a pessoa vem, vem o técnico, vem o dirigente que explica, discute e responde os questionamentos. Penso que a Oposição está no dever dela mesmo de fazer os questionamentos, e nós o Governo, é claro, temos de esclarecer todos os pontos de vista que forem necessários. Depois, num momento certo, votar. Votar com a nossa bancada, Deputado Pugliesi, que é uma bancada leal ao Governo Requião e que tem dado grandes demonstrações ao longo deste ano, porque aqui, felizmente, no debate político, já conseguimos aprovar tudo que era necessário. Vamos reconhecer, esta Casa já conseguiu avançar muito neste ano de 2007.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, como o tempo passa. Vejo o meu amigo Líder do Governo transmitindo uma calma, tranqüilo, transmitindo paciência no debate. Isso é bom, devo reconhecer e cumprimentar o Deputado Romanelli, porque não tenho dúvidas que teremos um grande debate até o final do ano com esse "pacotão" que está vindo aí.

Mas vou deixar para mais tarde e quero ver se, rapidamente, uso aqui o meu tempo. Primeiro, vamos ter cuidado, salvo eu esteja equivocado, não quero fazer juízo, acompanho pela grande imprensa nacional, vejo e leio o que falam do regime de Hugo Chávez e tenho a compreensão bem diferente do que o Deputado Pugliesi tem. Por exemplo, na questão de Cuba, poderíamos falar dos atletas que, diga-se de passagem, pegaram e jogaram dentro de um avião e nós não sabemos o que aconteceu com os atletas aqui.

A questão do Hugo Chávez, não podemos esquecer que ele é um golpista, quando ele quis derrubar o Governo. E cá para nós, muda a Constituição conforme o seu bel-prazer. Constituição não é para estar sendo mudada todo dia e ele está mudando. Quero dizer para vocês o seguinte: já que esse debate está em pauta, de uma comitiva da Casa ir à Venezuela, quero dizer que dispense o convite. Prefiro viver aqui no país governado pelo Lula - diga-se de passagem é muito mais lúcido do que o Hugo Chávez e o Evo Morales, disso não tenho dúvidas - agora, não tenho dúvidas, Deputado Pugliesi, V. Exa. tem uma história na política do Paraná que eu, de longe da política, ouvia pela rádio o nome do Deputado Federal, Deputado Pugliesi. V. Exa. tem uma história. Temo - e quem sou eu para dar conselho a V. Exa. - temo o futuro. O futuro vai dizer para nós se este Hugo Chávez é o que ele diz, ou é o que a imprensa fala, ou é o que entendemos.

Mas não tenho dúvidas que vai chegar o dia que V. Exa., pelo menos na minha forma de entender, vai ter dificuldades de manter essa posição. Por quê? Aqui no Brasil, há pouco tempo atrás, também tinha eleição para Senador, mas tinha Senador biônico. Tinha eleição para Prefeito, mas houve um amontoado de partidos que de repente virou só 2 partidos. Fui fundador do MDB na minha cidade e tive que me submeter a ser candidato, não me lembro se pela ARENA ou pelo PDS, porque os caciques da cidade juntaram-se ao PMDB e ao PP e eu fiquei sem espaço. E como eles achavam que eu havia perdido a eleição, tive que me submeter, também tinha eleição. Mas todos nós sabemos que há forma de democracia. Realmente, no Brasil, estamos vivendo um momento bom da democracia brasileira. Tem que ser reconhecido isso. E vem já amadurecendo, melhorando.

Agora, eu não quero fazer aqui comentários favoráveis ao que o Hugo Chávez, ao que o Evo estão fazendo, porque não tenho dúvidas que o futuro não é bom, da democracia, nesses países.

Mas, Deputado Romanelli, V. Exa. citou aqui, dizendo que o Prefeito de Curitiba vai ficar contente com o aumento da arrecadação. Dizer que a postura do Prefeito Beto Richa é contra o aumento desses aumentos e dessas taxas. Ele abre mão de aumento de arrecadação. O que ele reclama, reclama com razão. Existe um Fundo do estado que é para financiamento dos municípios. E com toda a pompa e necessidade do momento que o Governador tinha, ele foi abraçar o Prefeito Beto Richa, no Palácio Iguaçu, e prometer esses recursos que não cumpriu.

Então, não vamos misturar as coisas e querer atribuir, agora, aos municípios paranaenses. Eu poderia citar aqui um número enorme de municípios que o Governador Roberto Requião assumiu compromissos e não está cumprindo.

Cito um exemplo, Deputados, o município de Irati. Tem compromissos que foram assumidos e não estão sendo honrados; tem compromissos com União da Vitória, que não estão sendo honrados; tem compromissos

com vários municípios, de empréstimos, que não estão sendo honrados. Sabe qual é a justificativa? Aonde o homem perdeu, não tem nem empréstimo.

Qual é a diferença desse homem que se elegeu Governador do Paraná com o Rei da Espanha? Nenhuma. A única diferença é que o Rei da Espanha foi ali e afrontou - não sei se é direitista, esquerdista, masoquista ou o que ele é, também não estou aqui para defendê-lo - agora, não há coisa mais ridícula no cenário político do estado do que a "escolinha" de amanhã. Amanhã teremos novidades. E quero dar uma justificativa, aqui, e agora saio deste campo de Rei, porque aqui também temos um Rei, que é aplaudido às terças-feiras pelos cargos em comissão. Então, não quero entrar nesta questão de direito, se isto é doença de Direita, de Esquerda, porque acho que está tudo muito misturado.

Vejo V. Exa. no PMDB, do outro lado vejo o Stephanes, cujo pai é Ministro, eu vejo aquele pessoal do Jaime Lerner, lá no Governo Requião, mandando no Governo Requião! Eu já não consigo mais entender. Estou com o Ulysses Guimarães, estou começando a acreditar que "boi vai voar", porque eu jamais acreditava e está aí a nossa proposta, da CPI da Corrupção. Eu nunca acreditei, na minha vida, que o Governo Requião entraria no campeonato de quem será o campeão da corrupção deste estado, quando governou este estado.

Está aí, se não temem, assinem, inscrevam a CPI. Está à disposição na Liderança da Oposição, mas vou dar um número, que justifica a retirada desses projetos de aumento de taxas e de impostos. Em 2003, o estado tinha 7 bilhões em haver dos contribuintes que não pagaram impostos. Sabe quanto tem hoje? Catorze bilhões, Deputados. Sabe qual é o percentual que o estado está cobrando desta dívida? Dois por cento. O que dizer àquele contribuinte que pagou religiosamente seus impostos?

Quer dizer, o mau pagador não pagou. Agora, eu que pago, ou melhor dizendo, o cidadão que paga, vai ter aumentados seus impostos? Ora! É só uma ação aqui da Secretaria da Fazenda, em 3 anos dobrou a dívida, o haver do estado dos devedores dos impostos que não pagam, de 7 para 14 bilhões.

E a taxa de cobrança do estado é a menor dos últimos 50 anos, 2%. Quer dizer, aí está uma medida que o Governo poderia tomar, de retirar esses projetos de lei aqui da Casa. Justificável. E aí, contem com a Casa, com o apoio dos Deputados da Oposição. Vamos fazer quem não pagou, pagar. Não submeter aqueles que pagam religiosamente a mais aumento de carga tributária.

Olhem, Deputados, fico feliz em ouvi-lo, quando V. Exa. diz que quer levar para a CCJ este debate do Projeto de Lei nº 782/07, da questão do imposto sobre transmissão *causa mortis*. Quero dizer a V. Exa., ele é extenso, está aqui, comecei a leitura e são tantos os aumentos, a taxa era 4%, está indo até 6%. Se você pegar 6% dá 50% de aumento. "Ah, mas vai ter um limite de um valor menor". Mas os valores menores não dizem nada...

Gostaria que V. Exa. tivesse um pouquinho de compreensão, estou concluindo.

Apenas este aumento de 4% para 6% é 50%. Apenas!

Por isso, hoje senti que estamos evoluindo. Já fiz um pronunciamento há 15 dias lamentando as atitudes desta Casa, mas hoje devo elogiar a atitude do Líder do Governo. Amanhã teremos CCJ. Vamos discutir, item por item.

Concedo um aparte ao Deputado Plauto.

O Sr. Plauto Miró (Partido Democratas)

Só para deixar claro, nobre Deputado, que ouvi, defendi, o nosso partido defende e nós componentes dos Democratas pensamos todos iguais e somos radicalmente contra o aumento de impostos. Essa é a nossa posição nacional e é a nossa posição aqui na Assembleia Legislativa do Paraná. Com relação à CPMF, o nosso partido não abre mão, a Relatora do projeto da CPMF, dentro do Senado Federal, a Senadora Kátia Abreu, tem o seu relatório contrário à prorrogação da CPMF e essa é a nossa linha, a linha partidária, a linha ideológica e nós acompanhamos a sua posição no momento de votar.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço, Deputado Plauto!

Concluo, Sr. Presidente, o meu pronunciamento, mas há uma justificativa para não ter aumento de imposto, que é a não cobrança da dívida, em 4 anos, de 7 para 14 bilhões. É a menor taxa de cobrança dos devedores deste estado. Está aí uma das justificativas! A outra seria desinchar a máquina pública ou dar agilidade. Vejam que vi pronunciamentos, hoje, de gente reclamando que não foi atendida na Delegacia de Polícia no final de semana. O que dizer da região de União da Vitória, que não tem Delegado nem durante a semana? Sabem quantos policiais temos na rodovia? Dois, sendo que um atende o acidente e outro fica no posto policial!

Então, a coisa está ficando cada vez mais feia e, na verdade, o que temos alertado o Sr. Governador? Toma uma atitude, Governador Requião, porque o seu Governo está se afundando, mas ainda faltam 3 anos e dá tempo de corrigir a rota, dá tempo de colocar aqueles que V. Exa. afirma que estão assaltando os cofres públicos, colocá-los na rua e corrigir o rumo e V. Exa. terá aqui o apoio dos Parlamentares que estão fazendo Oposição nesta Casa, pelo menos nessas atitudes de correção dos rumos deste estado.

Só quero concluir, dizendo que o Governo lançou um programa de construção de um tipo de posto de saúde para a mulher e para a criança. Construíram a única obra do Governo Requião no município de Bituruna e é na rua que passo para sair da minha casa para ir para a minha indústria. Que vergonha! Se pagasse aquele dinheiro e tivesse comprado remédios ou equipamentos, mas não, porque tínhamos que lançar um programa para dar um grande faturamento, que todos sabemos qual é o motivo e a razão.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Faço um comunicado à Casa, através do Presidente Nelson Justus, da Audiência Pública da amanhã, no plenarinho, às 10h00, sobre o projeto da tarifa mínima da água. Então, comunico a todos os Srs. Deputados, especialmente aos Deputados das comissões que trabalham ligados a essa questão, para a Audiência Pública de amanhã, às 10h00, no plenarinho.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, apenas me permita! Ficou confirmada, formalizada perante a Companhia de Saneamento do Paraná, a presença dos técnicos daquela empresa nessa Audiência Pública?

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Foi formalizado e na dúvida de não terem recebido o convite que foi lido agora, foi encaminhado novamente, especialmente lá.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Perfeitamente.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 364/07, de autoria do Sr. Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Educação, a implantação de programa de identificação e combate à dislexia nas escolas públicas estaduais. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 365/07, de autoria do Sr. Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, o recapeamento e revitalização da sinalização da rodovia PR-522 que liga o município de Ivaí ao município de Imbituva. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de lei em número de 02 (dois) de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Elton Welter, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fábio Camargo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3426, de autoria do Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente, solicitando autorização da Mesa Executiva para representar o Poder Legislativo no evento Fórum Internacional de Energia Renovável e Sustentabilidade, em Florianópolis/SC, nos dias 28 a 30 do corrente mês. **À Comissão Executiva.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 192/07, de autoria dos Deputados Mauro Moraes, Dr. Batista, Cleiton Kielse, Edgar Bueno e Ademar Traiano, que isenta motocicletas e similares do pagamento de pedágio, na forma que menciona. **Aprovado. (Publ. no DA nº 020/07, de 02/04/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 215/07, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Cândido Furtado Maia Neto. **Aprovado. (Publ. no DA nº 021/07, de 03/04/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 604/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 032/07, que objetiva o ingresso do estado do Paraná, no Consórcio Intermunicipal para Gestão dos Resíduos Sólidos Urbano - SEDU/COMEC, conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 604/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o estado do Paraná autorizado a participar dos seguintes Consórcios Intermunicipais de Gestão de Resíduos Sólidos:

I - Consórcio Intermunicipal para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, da região metropolitana de Curitiba - CONRESOL, composta pelos municípios de

Almirante Tamandaré, Araucária, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Contenda, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Mandirituba, Pinhais, Quatro Barras, Quitandinha e São José do Pinhais;

II - Consórcio Intermunicipal para Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos da região de Londrina, composto pelos municípios de Londrina, Tamarana, Cambé, Rolândia, Ibiporã, Jataizinho e Assaí;

III - Consórcio Intermunicipal para Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos da região de Foz do Iguaçu, composto pelos municípios de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Itaipulândia, Missal, Matelândia, Ramilândia e Serranópolis do Iguaçu;

IV - Consórcio Intermunicipal para Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos da região de Apucarana, composto pelos municípios de Apucarana, Astorga, Bom Sucesso, Califórnia, Cambira, Jandaia do Sul, Madauari, Marilândia, Marumbi, Nova Itacolomi, Rio Bom, Rolândia e Sabaudia;

V - Consórcio Intermunicipal para Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos da região de Maringá, composto pelos municípios de Atalaia, Presidente Castelo Branco, Mandaguáçu, Floraí, São Jorge do Ivaí, Ourizona, Paçandu, Maringá, Doutor Camargo, Ivatuba, Floresta, Itambé, Marialva, Sarandi;

VI - Consórcio Intermunicipal para Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos da região de Umuarama, composto pelos municípios de Umuarama, Maria Helena, Xambrê, Cruzeiro do Oeste, Tapejara, Tuneiras do Oeste, Perobal, Alto Piquiri, Cafezal do Sul, Nova Olímpia;

VII - Consórcio Intermunicipal para Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos da região de Cascavel, composto pelos municípios de Cascavel, Lindoeste, Cafelândia, Anahy, Santa Tereza do Oeste, Iguatu, Corbélia, Braganey, Céu Azul;

VIII - Consórcio Intermunicipal para Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos da região de Guarapuava, composto pelos municípios de Guarapuava e Inácio Martins;

IX - Consórcio Intermunicipal para Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos da região de Campo Mourão, composto pelos municípios de Araruna, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Luiziana, Mamborê e Peabiru;

X - Consórcio Intermunicipal para Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos da região de Ponta Grossa, composto pelos municípios de Ponta Grossa, Carambeí e Palmeira.

Parágrafo Único. A adesão do estado do Paraná deverá obedecer os termos da Lei Federal nº 11107/05 e Decreto Federal nº 6017/07.

Art. 2º A participação do estado do Paraná nos consórcios especificados no artigo anterior ficam condicionadas às alterações dos termos dos protocolos de intenções já firmados entre os municípios que os integram, para as devidas adaptações, visando a inclusão do estado

nas entidades públicas, para a deliberação necessária às suas administrações, organizações e funcionamentos, no cumprimento das finalidades de suas respectivas criações.

Parágrafo Único. Ficam ratificados por esta lei, no que couber, os termos dos protocolos de intenções já firmados para a constituição do Consórcio Intermunicipal para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos da região metropolitana de Curitiba, do Consórcio Intermunicipal para Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos da região de Foz do Iguaçu, do Consórcio Intermunicipal para Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos da região de Apucarana, Consórcio Intermunicipal para Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos da região de Ponta Grossa, Consórcio Intermunicipal para Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos da região de Londrina, Consórcio Intermunicipal para Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos da região de Maringá, Consórcio Intermunicipal para Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos da região de Cascavel, Consórcio Intermunicipal para Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos da região de Guarapuava, Consórcio Intermunicipal para Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos da região de Campo Mourão e do Consórcio Intermunicipal para Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos da região de Umuarama.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.11.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 134/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que torna obrigatório a utilização de material biodegradável ou reutilizável para embalagens de produtos em supermercados, congêneres e comércio em geral e incentiva estes mesmos estabelecimentos a adotarem programas de respeito ao meio ambiente. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CICTM. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 3398, de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 01 (uma) Sessão. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 01 (uma) Sessão, do Projeto de Lei nº 134/07.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, me permita indagar o seguinte: foi apresentada alguma emenda hoje a esse projeto?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Segundo a assessoria aqui, não.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Não.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Poderão ser apresentadas amanhã, quando voltar à pauta.

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 424/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que declara de utilidade pública a Associação dos Compositores do Estado do Paraná, com sede e foro na cidade de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 062/07, de 11/06/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 424/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Fábio Camargo, declara de utilidade pública a Associação dos Compositores do Estado do Paraná, com sede e foro na cidade de Curitiba, Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, o artigo 1º do presente projeto não menciona qual é o foro da Associação que se pretende declarar de utilidade pública estadual. Em razão da omissão, sugere-se a emenda aditiva em anexo, com fulcro no artigo 137, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 13.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 424/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda aditiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º É declarada de utilidade pública a Associação dos Compositores do Estado do Paraná, com sede e foro na cidade de Curitiba, Paraná.

Sala das Comissões, em 13.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 700/07, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de utilidade pública a Associação Municipal de Suinocultores de Guaraniáçu - AMSG, com sede e foro no município de Guaraniáçu. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 122/07, de 01/10/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 700/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Duílio Genari, declara de utilidade pública a Associação Municipal de Suinocultores de Guaraniáçu - AMSD, com sede e foro no município de Guaraniáçu, Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto, o artigo 2º ao dispor “*revogadas as disposições em contrário*”, fere a Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a técnica legislativa, pois assim determina: *Art. 9º A cláusula de revogação, deverá enumerar expressamente, as leis ou disposições legais revogadas*. Desta forma, sugere-se a emenda supressiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável, na forma da emenda supressiva em anexo.

Sala das Comissões, em 13.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 700/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda supressiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 745/07, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, que declara de utilidade pública a Associação dos Produtores do Grupo Nova Esperança - APRONE, com sede e foro no município de Marilândia do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Aprovado. (Publ. no DA nº 134/07, de 22/10/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 745/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, declara de utilidade pública a Associação dos Produtores do Grupo Nova Esperança - APRONE, com sede e foro no município de Marilândia do Sul, Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, aproveitando a maestria com que V. Exa. preside a Sessão, e aproveitando a presença do Deputado Alexandre Curi, para dar uma injeção de ânimo aqui nesta Casa e nas autoridades do Paraná, porque estamos vendo aí os preparativos, a escolha da sede, sub-sede da Copa do Mundo de 2014. Tenho a impressão que aqui, hoje, no Paraná, parece que jogaram um caminhão de água gelada, parou tudo. Nós tínhamos uma comissão aprovada para ir à CBF falar com o Ricardo Teixeira, e se o Paraná bobear vai dançar. Já no anúncio oficial de que o Brasil seria a sede da Copa do Mundo de 2014, não tinha ninguém do Paraná, não tinha nenhuma autoridade representando o nosso estado quando estavam lá 13 Governadores.

Então, Presidente, se continuarmos nesta acomodação, o Paraná vai ficar de fora. Isso vai ser muito lamentável, o prejuízo até para a economia, porque eu imagino quanto turista, quantos investidores que uma Copa do Mundo pode atrair numa cidade que é sede de uma das chaves da Copa do Mundo.

Então, o apelo que faço a V. Exa. é que não joguemos a toalha. Eu estou sentindo aqui um desânimo, uma acomodação que poderá ser traduzida em prejuízo de o Paraná não ter aqui uma sede da Copa do Mundo. O apelo é para voltarmos a um entendimento com a CBF para marcar esse encontro com o representantes da Assembléia, representantes do Executivo e até do segmento esportivo.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vamos voltar a tratar desse assunto na reunião da Mesa Executiva de amanhã.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 783/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 052/07, que altera a redação do parágrafo 2º, do artigo 1º da Lei nº 15600, de 15 de agosto de 2007. (Imóvel). (**Publ. no DA nº 142/07, de 05/11/07, em Mensagens**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 783/07

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O presente projeto de lei objetiva modificar o parágrafo 2º, do artigo 1º, da Lei nº 15600, de 15 de agosto de 2007, prorrogando assim a cessão de uso do Poder Executivo ao município de Jandaia do Sul até 31 de dezembro de 2017.

Fundamentação

Acerca da doação de propriedades da administração pública, preceitua a Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social. (grifos nossos)

O projeto está, portanto, em plena consonância com a supracitada disposições constitucional, visto que a prorrogação de cessão de imóvel que objetiva foi realizada entre o Poder Executivo e pessoa jurídica de direito público interno, qual seja o município de Jandaia do Sul.

No que tange a competência para legislar sobre o tema, verifica-se que, por se tratar de alteração de lei já existente deve-se observar a quem incumbe originariamente dispor sobre a matéria.

É nesse contexto que dispõe a Constituição Estadual em seu artigo 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Resta, destarte, aferida a legitimidade do Poder Executivo Estadual para legislar acerca do tema em exame.

Por derradeiro, quanto à técnica legislativa utilizada, o projeto está em conformidade com os requisitos da Lei Complementar nº 095/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Dessa forma, esta Comissão de Constituição e Justiça opina pela aprovação do projeto de lei que ora se analisa.

Sala das Comissões, em 13.11.07.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (Para Encaminhar)

Esse projeto altera o parágrafo 2º do seu artigo 1º, da Lei nº 15600 de 15 de agosto de 2007. Trata da cessão de um imóvel no município de Jandaia do Sul.

Temos visto vários projetos dessa natureza, de Deputados, e o Governador tem vetado todos os projetos.

E agora ele manda um projeto, exatamente com aquilo que os Deputados têm pedido. Mas quando o Deputado pede, ele veta.

Quero deixar esse registro que estou votando a favor. Esse projeto está ampliando para mais 7 anos.

(Lê o artigo 2º)

Vou votar a favor, pensando na cidade de Jandaia do Sul, pensando nas pessoas que precisam desse terreno.

Só reforçando aqui que o Governador, já que está atendendo esse município, poderia atender o pedido de diversos outros Deputados, que pedem cessão de uso de imóveis.

Na sequência, iremos votar um veto que se trata de um Deputado pedindo a cessão de uso de um imóvel que o Governador Roberto Requião vetou.

Muito obrigado!

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB) (Para Encaminhar)

Quero pedir o voto para esse item 8, porque há vários projetos que foram vetados com este conteúdo.

Esse projeto é de minha autoria, que foi vetado. Foi mantido o veto. E agora o Governador Roberto Requião encaminhou novamente através de proposta do Executivo.

Então, peço o voto de vocês. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está em votação o item 08. **Aprovado.**

ITEM 09

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 079/07, veto aposto ao Projeto de Lei nº 319/07, de autoria do Deputado Felipe Lucas, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso de imóvel ao município de Irati. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 238/07

Curitiba, 25 de julho de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 150/07, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 319/07, tenho em vista que é considerado contrário ao interesse público, porque o imóvel em referência poderá vir a ser utilizado por órgãos da própria administração estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa, os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 319/07 encontra-se publicado no DA nº 038/07, de 02/05/07, em Projetos de Lei)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 079/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 319/07, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo efetuar a cessão de uso de imóvel ao município de Irati.

Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, a comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu Relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Em razão do exposto, somos favoráveis ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, em 16.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. FELIPE LUCAS (PPS) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Tivemos uma conversa com o Governo do Estado e fizemos um acordo em que será encaminhada uma nova mensagem para corrigir um vício de origem. Peço que mantenha o veto.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Para Encaminhar)**

De fato tivemos uma conversa, houve um entendimento. O Governo está enviando uma mensagem promovendo aquilo que o município de Irati requer. Até porque o entendimento é que o interesse público sempre tem que estar bem guardado. Neste caso está e por isso pedimos à nossa base a manutenção do veto do Governador

Requião, como já disse o próprio autor.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Para manutenção do veto deverão votar SIM; rejeição do veto, NÃO.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Quero fazer um apelo a V. Exa., em nome dos servidores e servidoras da Assembléia, porque estamos a 36 dias do Natal, Sr. Presidente, e não é possível que os servidores vão passar em branco, em jejum, sem o anunciado aumento que eles estão aguardando. Já passou da hora de ser concedido o aumento para os servidores e servidoras desta Casa.

Nós votamos aumento para o Executivo, para o Tribunal de Justiça, para o Tribunal de Contas e só os laboriosos funcionários desta Casa que estão “chupando o dedo”! Acho que é um aumento que não vem - que nós lamentamos, porque esta Assembléia tem um quadro de funcionários da mais alta competência e que merece.

Já passou da hora, faz muito tempo de eles receberam o aumento. Não é possível que eles vão passar o Natal sem o Papai Noel que eles merecem.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Solicito à Sra. Deputada Cida Borghetti que proceda à chamada nominal para votação dos Srs. Deputados. Atenção Srs. Deputados.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Cida Borghetti**)

(Procede à chamada nominal para votação do item nº 09).

(Trinta e um, SIM.

Três, NÃO.

Três abstenções.

Está mantido o veto.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3388, de autoria do Deputado Plauto Miró, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3402 e 3403, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 3406 e 3407, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3408, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3409, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 3410 e 3412, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3413, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, com apoio do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3414 e 3415, de autoria da Deputada Beti Pavin, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3416 e 3417, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constantes do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3418, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3419, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3422, de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3423, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3425, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3427, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, quero formular uma questão de ordem à Mesa. Porque hoje, diferentemente do que foi acordado com o Presidente Nelson Justus, os pedidos de informações ficam em bloco, agrupados no início da leitura dos requerimentos. É muito difícil poder, no meio dos votos de pesar e outros expedientes, sou surpreendido de pedidos que deveriam estar no início.

É difícil para qualquer um que exerça uma liderança na Casa, que queira questionar, se não tiver uma ordem de importância ou de assuntos.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Gostaria de esclarecer a V. Exa. posso até comentar com o Deputado Nelson Justus, não sabia desse entendimento. Quando eu presido, obedeço a ordem do protocolo, mas, converso, muito bem.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 424, 700, 745 e 783/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 432, 667, 708, 727, 749 e 774/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atas de Comissão

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Caíto Quintana e com a presença dos Srs. Deputados: Carlos Simões, Duílio Genari, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Nereu Moura, Professor Luizão, Reni Pereira, Valdir Rossoni, Waldyr Pugliesi, Augustinho Zucchi, Dr. Batista e Ribas Carli Filho. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Nereu Moura. Passou-se à Ordem do Dia. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nº 688/07 e 707/07. O Sr. Presidente colocou em votação - APROVADO; 01) Projeto de Lei nº 688/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura na forma de emenda supressiva anexa - APROVADO, com abstenção do Deputado Reni Pereira; 02) Projeto de Lei nº 707/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura na forma de emenda supressiva anexa - APROVADO. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nº 646/07, 647/07, 677/07, 708/07 e 727/07. O Sr. Presidente colocou em votação - APROVADO, sendo retirado o Projeto de Lei nº 677/07 do requerimento. O Presidente Caíto Quintana passa a presidência ao Sr. Deputado Durval Amaral. 03) Projeto de Lei nº 646/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mauro Moraes na forma de emenda modificativa anexa - APROVADO, como voto contrário dos Deputados Luiz Carlos Martins, Reni Pereira e Valdir Rossoni; 04) Projeto de Lei nº 647/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício na forma de emenda modificativa anexa lido pelo Deputado Marcelo Rangel - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Caíto Quintana, Carlos Simões, Duílio Genari,

Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Mauro Moraes, Nereu Moura, Professor Luizão, Reni Pereira, Valdir Rossoni, Dr. Batista, Ribas Carli Filho. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião extraordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Artagão Júnior. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 565/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior, na forma da emenda anexa - APROVADO. O Sr. Deputado Nereu Moura apresente requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nºs 688/07 e 771/07. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 771/07 de autoria do Poder Executivo. O Sr. Deputado Valdir Rossoni SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente, bem como cópia da matéria a todos os Deputados presentes; 03) Projeto de Lei nº 688/07 de autoria do Poder Executivo. O Sr. Deputado Valdir Rossoni SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente, bem como cópia da matéria a todos os Deputados presentes; 04) Projeto de Lei nº 651/07 de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 680/07 de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 703/07 de autoria da Bancada da Oposição. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício, lido pelo Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 734/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. O Sr. Deputado Professor Luizão Relator, requer a conversão da matéria em diligência junto à Secretaria de Estado da Educação e da Cultura - DEFERIDO pelo Presidente; 08) Projeto de Lei nº 735/07 de autoria do Deputado Professor Luizão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 743/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 747/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. O Sr. Deputado Professor Luizão, Relator, requer a conversão da matéria em diligência junto à Secretaria de Estado da Educação e da Cultura - DEFERIDO pelo Presidente; 11) Projeto de Lei nº 748/07 de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 254/07 de autoria do Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 695/07 de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 751/07 de autoria do Deputado Jocelito Canto. O Sr. Deputado Caíto Quintana SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente, bem como cópia da matéria a todos os Deputados presentes; 15) Projeto de Lei nº 778/07 de autoria do Deputado Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 781/07 de autoria do

Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 783/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 791/07 de autoria do Deputado Pedro Ivo. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 19) Proposição Veto nº 115/07 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 470/07 de autoria do Deputado Artagão Júnior. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 20) Proposição Veto nº 116/07 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 094/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 424/07 de autoria do Deputado Fábio Camargo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 425/07 de autoria do Deputado Fábio Camargo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 432/07 de autoria do Deputado Elton Welter. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 700/07 de autoria do Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 745/07 de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 749/07 de autoria do Deputado Wal-

dyr Pugliesi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 774/07 de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 785/07 de autoria do Deputado Teruo Kato. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 787/07 de autoria do Deputado Elton Welter. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Andretta - Secretária

Publicações Administrativas:

Pregões Eletrônicos

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO 013/07

Modalidade: Pregão Eletrônico 013/07 - Protocolo nº 7192/07.

Objeto: Aquisição de materiais diversos, conforme abaixo.

LOTE	EMPRESA VENCEDORA	ESPECIFICAÇÕES	VALOR
1	Papel. Com Papelaria e Informática Ltda.	6.000 Canetas esferográficas sendo 3.000 na cor preta e 3.000 na cor azul. 100 Frascos com 42 ml de tinta para carimbo na cor azul. 50 Goma líquida com 1.000 ml cor branca.	2.700,00
2	Solar Comércio de Papelaria e Suprimentos de Informática Ltda.	50 Cartuchos para impressora HP código c6625 (17) AL color 15 ml, original da marca da impressora. 50 Cartuchos para impressora HP código C9359 (59) Al Fot. Cinza 17 ml, original da marca da impressora.	6.399,00
3	Axidata Comércio de Informática Ltda.	Toner para impressora brother TN430-460 MFC-9800.	1.378,00
4	GRBS Comércio de Assessoria em Informática Ltda.	Unidades de toner para impressora Xerox Docuprint 4508, original da marca da impressora.	1.730,00
5	Golden Distribuidora Ltda	05 Unidades de toner para impressora Lexmark Optra S1250-1255 - 1382925, original da marca da impressora. 80 Cartuchos Lexmark x74 código 10n0016 preto (11ml), original da marca da impressora. 40 Cartuchos Lexmark x74 código 10n0026 color (11ml), original da marca da impressora.	9.503,00

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO 015/07

Modalidade: Pregão Eletrônico 015/07 - Protocolo nº 9897/07.

Objeto: Aquisição de materiais diversos, conforme abaixo.

LOTE	EMPRESA VENCEDORA	ESPECIFICAÇÕES	VALOR
1	Cerealista Torre Alta Ltda	50 Caixas de copos para café, C-50, cada caixa contendo 5.000 unidades, descartáveis de plástico, norma ABNT, cada caixa com 5.000 unidades.	1.689,00
2	CANCELADO		
3	Solar Comércio de Papelaria e Suprimentos de Informática Ltda.	1.000 Rolos de fita adesiva, 12mm x 40 m. 50 Rolos de fita crepe 50mm x 50m.	545,00
4	APEM Suprimentos para Informática Ltda.	100 Caixas de papel A4, 210x297mm, 75 g/m2, 20IB, extra branco, alcalino, caixa com 5.000 folhas.	8.640,00
5	CANCELADO		

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO 016/07

Modalidade: Pregão Eletrônico 016/07 - Protocolo nº 10056/07.

Objeto: Aquisição de materiais diversos, conforme abaixo.

LOTE	EMPRESA VENCEDORA	ESPECIFICAÇÕES	VALOR
1	Axidata Comércio de Informática Ltda.	50.000 Envelopes sem timbre branco, medindo aproximadamente 11,4 x 16,2 75 gr. 50.000 Envelopes ofício com timbre, medindo aproximadamente 11,4 x 22,9, 75 gr.	3.990,00
2	Almaq Equipamentos para Escritório Ltda.	02 Kit de recarga para máquina sharp cil ar - 163/201/5015 ar-202dm; 02 Kit Sharp limp cop ar - 160/200 ar-200 cb; 02 Revelador Sharp ar-202 nd ar-163/201;	700,00

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

Aditivo Contratual

3º ADITIVO CONTRATUAL

Protocolo: 10.082/2007

Modalidade: Convite

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Contratada: Ticolor Vídeo Foto Som Ltda.

Objeto: Prestação de serviços fotográficos

Dotação: 3390.3900

Vigência: 01/01/08 a 31/12/08

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

